DATA MERCANTIL

São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, ***Sexta-Feira****, 27 de março de 2026 | edição nº 1495*

R$ 2,50

GOVERNO LULA ASSINA DECRETO QUE REESTRUTURA COAF COM OBJETIVO DE FORTALECER COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou nesta quinta-feira (26) um decreto que estabelece a reestruturação do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). O objetivo da medida é ampliar o alcance e a efetividade do órgão no combate a crimes financeiros depois de episódios que colocaram à prova a segurança do sistema.

A medida amplia de 39 para 66 as funções de confiança no órgão e reduz um cargo em comissão (de 36 para 35). Com a reestruturação, o número total de servidores subirá de 75 para 101.

A iniciativa também contempla ajustes na organização interna do órgão, com atualizações de competências e alteração de denominações de unidades. O plano do Coaf prevê a criação de três subunidades regionais: em São Paulo, Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu.

A reestruturação foi antecipada pela Folha de S. Paulo, mas o desenho final é mais enxuto do que a proposta inicial, que pedia criação de 66 cargos comissionados (funções de confiança para as quais não há exigência de concurso público). O plano incluía também novas estruturas em outras três localidades -Campo Grande, Recife e Belém.

Apesar das mudanças feitas pelo governo federal, a medida é vista como satisfatória por membros do Coaf, segundo relato de um interlocutor a par das tratativas.

"O objetivo é ampliar o alcance e a efetividade do conselho, especialmente no que diz respeito à atividade de produção de inteligência financeira para o combate ao crime organizado", disse o Palácio do Planalto em nota.

Além de Lula, assinaram o decreto a ministra Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo.

A reestruturação tem como foco a criação de novas diretorias, a regionalização da inteligência financeira e na busca por maior estabilidade do seu quadro técnico.

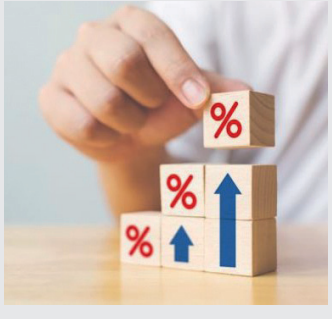
Folhapress

DESTAQUES DO DIA

BC projeta inflação em alta até fim de 2026 e vê maior incerteza com guerra no Oriente Médio

PF investiga R$ 260 mi em esquema de lavagem com criptoativos em SP e SC

Taxas de juros sobem e voltam a superar 14% com cenário turvo para acordo entre EUA e Irã



Lula diz que povo culpa governo por endividamento e que pediu solução à Fazenda

Lula deve oferecer Ministério da Indústria a Márcio França para tirá-lo da eleição e consolidar palanque em SP

NO MUNDO

EUA serão 'pior pesadelo' do Irã, diz Trump ao pressionar acordo pela paz

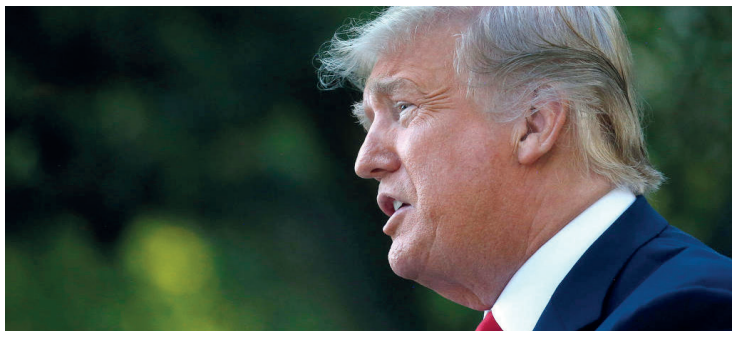
Donald Trump disse que o Irã sofrerá consequências graves se não aceitar o plano de paz com 15 pontos enviado pelo Estados Unidos.

Trump voltou a declarar que o Irã deveria aceitar um acordo pelo fim da guerra. "Se não concordarem, seremos o pior pesadelo deles. Enquanto isso, vamos continuar a explodi-los, sem impedir, sem parar", disse o presidente norte-americano durante reunião de gabinete.

O republicano não mencionou a rejeição inicial do Irã ao plano. Ele argumentou apenas que a decisão está com Teerã e que o regime irá sofrer consequências graves caso não concorde com o acordo.

Os EUA afirmaram que estão mantendo negociações com o Irã pelo fim da guerra. Teerã, no entanto, negou que negociações estejam em andamento.

As declarações de Donald Trump oscilam entre



ameaçadoras e conciliadoras. Hoje, o republicano disse que os iranianos são ótimos negociadores e citou a destruição em áreas estratégicas no país persa.

Eles são ótimos negociadores. Péssimos combatentes, mas ótimos negociadores. Donald Trump

A resposta iraniana foi enviada oficialmente na noite de ontem por intermediários. A informação foi transmitida à Tasnim por uma autoridade iraniana a par das negociações que falou sob condição de anonimato.

Governo iraniano teria dito que a proposta oferecida é "injusta e unilateral". Acrescentou ainda que um caminho a seguir ainda poderia ser encontrado se o realismo prevalecesse em Washington. "Em resumo, a proposta sugere que o Irã abra mão de sua capacidade de se 'defender em troca de um plano vago para suspender' as sanções", argumentou a fonte.

Irã também estabeleceu suas condições: que agressões e assassinatos cessem; que o conflito não se repita; que o pagamento de danos e indenizações de guerra sejam feitos; e que o fim da guerra seja implementado em todas as frentes e para todos os grupos de resistência envolvidos, incluindo o Hezbollah, do Líbano.

Folhapress

Soldados da Ucrânia usam exoesqueletos e conseguem carregar até 50 kg

Soldados ucranianos estão utilizando exoesqueletos em campo de batalha pela primeira vez. As estruturas funcionam como um suporte mecânico e contam com tecnologia avançada para aprimorar o desempenho dos militares.

Os equipamentos são leves, com cerca de 2 quilos, e ficam presos à cintura e às pernas dos soldados. Funcionam como um traje robótico que acompanha os movimentos do corpo.

Eles têm articulações na região do quadril, que melhoram a locomoção. Também possibilitam levantar peso com menos esforço e ajudam a reduzir o risco de lesões.

Por meio de um sistema de inteligência artificial, os exoesqueletos se adaptam, em tempo real, ao peso que o soldado está carregando e operam em até 10 modos diferentes. Com isso, facilitam o transporte de cargas pesadas, como munições de até 50 kg. O 7º Corpo de Assalto Aéreo da Ucrânia publicou, na sexta-feira (20), um vídeo da 147ª Brigada de Artilharia Independente demonstrando o uso da tecnologia. "Todos os dias, os soldados enfrentam cargas físicas intensas. Eles transportam de 15 a 30 projéteis por dia, cada um pesando cerca de 50 kg", afirmou o Vitalii Serdiuk, vice-comandante.

Por enquanto, a tecnologia está em fase de testes por tropas em regiões de combate, como a cidade de Pokrovsk. Esta é a primeira vez que a Ucrânia utiliza esse tipo de equipamento em operações.

Os exoesqueletos militares vêm ganhando destaque recentemente e já são testados por outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, desenvolvem tecnologias semelhantes, como os modelos SABER e ONYX.

Folhapress

Israel diz ter matado comandante que fechou estreito de Hormuz

As forças de Israel mataram na noite de quarta-feira (25) o chefe do braço naval da Guarda Revolucionária, Alireza Tangsiri, o homem responsável por coordenar a militarização e virtual fechamento do estreito de Hormuz.

A informação foi dada nesta quinta (26) pelo ministro Israel Katz (Defesa) e ainda não confirmada pelo Irã, embora até aqui os relatos de inteligência do Estado judeu têm sido acurados.

Segundo Katz, um ataque de precisão matou Tangsiri e outros comandantes navais, provavelmente em Bandar Abbas, sede da principal base da Guarda em Hormuz.

No Irã, a Guarda Revolucionária é um ente à parte das Forças Armadas, que pelas informações disponíveis estão sendo mais poupadas na guerra lançada pelos Estados Unidos e Israel há quase um mês.

Isso se insere no desejo dos agressores de mudar o regime islâmico, que tem na Guarda seu principal pilar. Os militares fora dela são considerados menos ideológicos e não estão tão imiscuídos na vida política e econômica do país.

Tagsiri cuidava da até aqui bem-sucedida tática da teocracia em relação a Hormuz, por onde passavam até a guerra 20% do petróleo e do gás natural liquefeito do mundo. Os iranianos vetam a passagem de navios considerados associados aos inimigos, ameaçando explodi-los, e provavelmente minaram parte da região.

Há ainda ameaça de drones subaquáticos, além de aviões-robôs e mísseis. Quase 30 petroleiros e outras embarcações civis já foram atingidas na guerra. Do outro lado, os EUA desde a semana passada estão atacando posições iranianas em toda a região, e afirmaram ter afundado mais de 140 navios do Irã.

Com mais de 90% do tráfego interrompido, os preços dessas commodities dispararam, levando a uma pressão econômica forte sobre o presidente Donald Trump.

Folhapress

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

ECONOMIA

BC projeta inflação em alta até fim de 2026 e vê maior incerteza com guerra no Oriente Médio

O Banco Central projeta que a inflação do Brasil passará a subir até o fim de 2026 e, apesar da perspectiva de queda depois disso, seguirá acima da meta central de 3% até pelo menos o terceiro trimestre de 2028.

No relatório de política monetária, divulgado nesta quinta-feira (26), o BC elevou para 3,9% sua projeção de inflação para este ano, sobretudo pelo aumento dos preços do petróleo. No documento anterior, de dezembro de 2025, a estimativa era de 3,5%.

"[...] A inflação acumulada em quatro trimestres cai para 3,6% no primeiro trimestre de 2026. Depois, apresenta trajetória de alta, em boa medida advinda do aumento dos preços do petróleo, terminando 2026 em 3,9%. A partir de então, volta a cair, chegando a 3,1% no último período considerado, referente ao terceiro trimestre de 2028", disse a autoridade monetária.

O objetivo central perseguido pelo Banco Central é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

Entre os fatores que contribuíram para a alta das projeções de inflação, segundo o BC, destacam-se a elevação do preço do petróleo e a revisão do hiato do produto -quando esse indicador está mais positivo, significa que a economia opera acima do seu potencial e está sujeita a pressões inflacionárias.

A autarquia apontou também no documento que a probabilidade de o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ultrapassar o limite superior da meta neste ano subiu de 23% para 30%. Já no caso do limite inferior, a chance caiu de 7% para 2%.

Isso, contudo, não reflete mais a probabilidade de descumprimento da meta de inflação. No modelo de avaliação contínua, o BC descumprirá o objetivo caso o IPCA se situe fora do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos (em qualquer mês do ano).

Folhapress

Dívida Pública sobe 2,31% em fevereiro e supera R$ 8,8 trilhões

A forte emissão de títulos prefixados fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em fevereiro. Segundo números divulgados nesta quinta-feira (26) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 8,641 trilhões em janeiro para R$ 8,841 trilhões no mês passado – alta de 2,31%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R$ 9,7 trilhões e R$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 2,17%, ao passar de R$ 8,331 trilhões em janeiro para R$ 8,511 trilhões em fevereiro. No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 102,81 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos com antecedência). A essa emissão líquida, somou-se a apropriação de R$ 77,76 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 14,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 143,26 bilhões em títulos da DPMFi. No entanto, mesmo com o baixo volume de vencimentos em fevereiro, os resgates foram menores e somaram R$ 40,46 bilhões.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 6,13%, ao passar de R$ 310,59 bilhões em janeiro para R$ 329,65 bilhões em fevereiro. Apesar da queda de 1,54% do dólar no mês passado, a dívida aumentou por causa do lançamento de US$ 4,5 bilhões em títulos do Tesouro Nacional no mercado externo no mês passado.

Wellton Máximo/ABR

PF investiga R$ 260 mi em esquema de lavagem com criptoativos em SP e SC

A PF (Polícia Federal) iniciou, nesta quinta-feira (26), a segunda fase da Operação Narco Azimut para aprofundar investigações sobre um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que movimentou mais de R$ 260 milhões.

A ação ocorre em São Paulo e Santa Catarina e mira um grupo suspeito de estruturar a circulação de valores ilícitos por meio de dinheiro em espécie, transferências bancárias e operações com criptoativos, tanto no Brasil quanto no exterior.

A Justiça Federal determinou o cumprimento de 26 mandados de busca e apreensão e de prisão temporária, além do sequestro de bens e valores dos investigados até o limite de R$ 934 milhões e a imposição de restrições societárias, como a proibição de movimentação empresarial e de transferência de patrimônio.

Cerca de 50 policiais federais participaram da operação, que teve mandados expedidos pela 5ª Vara Federal em Santos (SP). As medidas foram cumpridas nas cidades de São Paulo, Ilhabela e Taboão da Serra (SP), no estado de São Paulo, além de Balneário Camboriú (SC).

Segundo a PF, as investigações apontam que os envolvidos utilizavam empresas e terceiros para dar aparência de legalidade aos recursos, promovendo operações financeiras de alto valor e movimentações com criptoativos para ocultar a origem ilícita do dinheiro. Eles poderão responder por associação criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

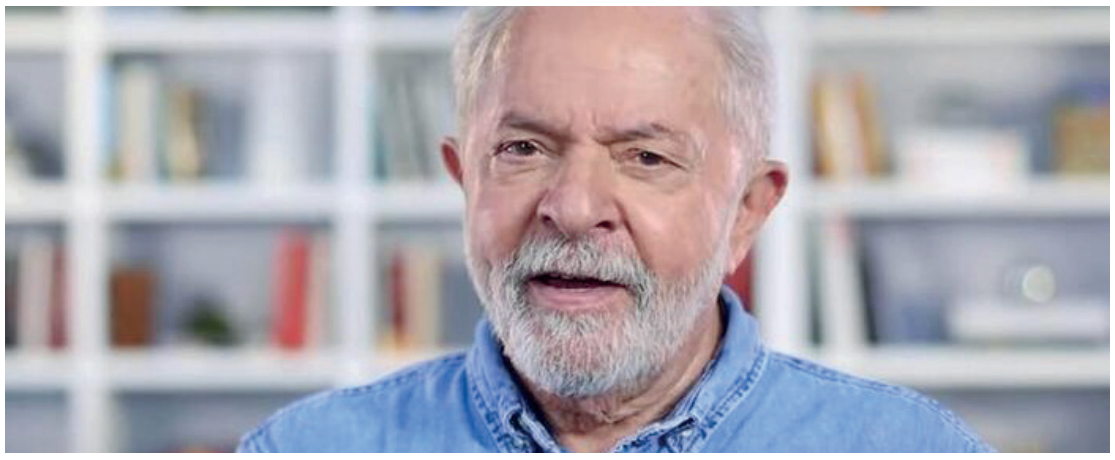
A etapa é um desdobramento de apurações anteriores, incluindo as operações Narco Bet e a primeira etapa da própria Narco Azimut. Em janeiro, a PF já havia identificado um grupo estruturado para movimentar recursos ligados, em parte, a atividades criminosas investigadas anteriormente.

Na ocasião, os investigadores apontaram a movimentação de cerca de R$ 39 milhões por meio de um sistema que combinava transporte de valores em espécie, operações bancárias e uso de criptoativos. A estrutura envolvia o apoio de empresas e pessoas interpostas para viabilizar o fluxo financeiro.

Folhapress

POLÍTICA

Lula diz que povo culpa governo por endividamento e que pediu solução à Fazenda



O presidente Lula disse nesta quinta (26) que mandou o Ministério da Fazenda elaborar propostas para reduzir o endividamento da população. Ele também afirmou que as pessoas fazem compras impulsivas que se acumulam e, depois, colocam no governo a culpa por estarem endividadas.

"Tudo a gente vai comprando. É R$ 50 ali, R$ 30, R$ 40. Parece que não é nada. Mas quando chega no final do mês, a somatória dessa quantidade de pouquinhos vira grande. E a gente começa a ficar zangado.Trabalhei o mês inteiro, recebi meu salário e não sobrou nada. Aí quem vocês xingam? O governo", declarou o petista.

Em seguida, Lula disse que solicitou ao ministro da Fazenda, Dario Durigan, providências sobre o tema. O petista deu a declaração durante visita a fábrica de automóveis em Anápolis (GO).

A Folha de S.Paulo mostrou na terça-feira (24) que o presidente avalia que o endividamento das famílias está afetando sua popularidade em ano eleitoral e que Lula quer mudanças nos juros do cartão de crédito.

No discurso desta quinta, o presidente não deu detalhes sobre qual providência está sendo estudada. Mencionou, porém, a possibilidade de uma campanha de comunicação para instruir trabalhadores sobre como gerir os próprios salários.

Lula afirmou que a economia do país vai bem, mas que há uma desconfiança na sociedade por causa das dívidas. Comparou a situação com jogos em que o time para qual o se torce ganha jogando mal. "O time ganhou, mas alguma coisa está errada. Não deu o espetáculo que eu queria", ilustrou o presidente.

O chefe do governo também relacionou o endividamento das pessoas ao uso de celulares, uma vez que esses aparelhos facilitam a disseminação de propagandas e acelera diversos processos de compra. Lula não tem celular, e frequentemente critica o uso constante desses telefones pela população.

Folhapress

Justiça italiana decide aceitar extradição de Zambelli para o Brasil

A Justiça italiana decidiu que a ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) pode ser extraditada para o Brasil para cumprir pena de prisão por duas condenações, conforme pede a Justiça brasileira. A decisão da Corte de Apelação de Roma foi comunicada nesta quinta-feira (26).

A defesa tem 15 dias para recorrer à Corte de Cassação, última instância do Judiciário italiano. Zambelli continuará presa no complexo de Rebibbia, em Roma, durante a tramitação do caso e não será enviada agora para o Brasil. A ex-deputada se diz vítima de perseguição política.

Depois que o recurso for apresentado pela defesa, a expectativa é que Corte de Cassação decida até junho. Em seguida, o caso vai para governo italiano, por meio do Ministério da Justiça, que terá 45 dias para dar a palavra final. Se o ministro confirmar a extradição, Zambelli será enviada ao Brasil em cerca de 20 dias.

O julgamento que levou a essa primeira decisão na Itália sobre o caso havia sido concluído em 12 de fevereiro, após uma audiência que durou cerca de sete horas em dois dias.

Na sentença desta quinta, à qual a reportagem teve acesso, os juízes rejeitam os argumentos da defesa contra a extradição e afirmam que o pedido do Brasil preenche todas as condições de admissibilidade estabelecidas no tratado entre os dois países sobre o tema e nas disposições do código de processo penal italiano.

"As objeções da defesa quanto às garantias de um julgamento justo [pelo STF] são infundadas; [...] A alegada parcialidade do juiz relator não é sustentada por elementos objetivos e verificáveis suficientes", diz o documento, em referência ao ministro Alexandre de Moraes, do STF.

O colegiado que escreveu a sentença de 35 páginas é composto pelos magistrados Flavio Monteleone, Aldo Morgigni e Fabrizio Suriano.

Um dos principais argumentos da defesa foi que o processo de Zambelli no Brasil tinha "anomalias", como o fato de "a vítima do suposto crime ser a mesma pessoa que fez a sentença, que decidiu pela execução da sentença e que decidiu a apelação".

Folhapress

Lula deve oferecer Ministério da Indústria a Márcio França para tirá-lo da eleição e consolidar palanque em SP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou a aliados que agirá para tirar o ministro do Empreendedorismo, Márcio França (PSB), da eleição deste ano e consolidar seu palanque em São Paulo em torno da candidatura a governador de Fernando Haddad (PT).

A ideia estudada por Lula, apurou a reportagem, é oferecer a França até o fim do atual mandato o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, hoje comandado pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin. Ele deixará o posto porque precisa se desincompatibilizar para concorrer nas próximas eleições.

Segundo relatos, Lula já avisou a aliados que gostaria de nomear França em um ministério maior que o do Empreendedorismo. Essa promoção seria uma espécie de prêmio de consolação para o político, que pretendia concorrer ao Senado pelo estado de São Paulo.

França também nutria o desejo de concorrer ao Palácio dos Bandeirantes, sob o argumento de que sua candidatura seria estratégica para levar a disputa pelo governo de São Paulo para um segundo turno. Se aceitar a oferta, ele não deixará o governo.

Aliados de Márcio França também afirmam que uma candidatura de França em São Paulo seria importante para aumentar o volume das críticas ao atual governador, Tarcísio de Freitas, que tentará reeleição.

O raciocínio é que Haddad, Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB), que deverão disputar a eleição ao lado do petista, não têm perfil de enfrentamento.

Lula indicou que gostaria de ter Alckmin como candidato a senador em São Paulo, apesar de ele preferir continuar na vice. O vice-presidente também não tem perfil de embate político.

Integrantes do PSB gostariam que Márcio França fosse candidato a deputado federal para fortalecer a chapa do partido em São Paulo e tentar aumentar sua bancada na Câmara. Em 2022, a sigla elegeu dois dos 70 deputados federais do estado.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.639	2.742
Contas a receber	2.486	3.337
Impostos a recuperar	1	1
Adiantamentos a fornecedores	10	4
Despesas antecipadas	127	97
	6.263	**6.181**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	6.609	3.125
Outros créditos	931	517
	7.540	**3.642**
Imobilizado	144.308	149.231
	151.848	**152.873**
Total do ativo	**158.111**	**159.054**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	604	254
Empréstimos e financiamentos	5.600	8.048
Salários e encargos	13	33
IRPJ e CSLL a recolher	261	287
Obrigações tributárias	142	103
Passivos de arrendamento	78	74
Conta de ressarcimento – CCEE	2.545	599
Partes relacionadas	1.100	27
Outras contas a pagar	151	–
Dividendos a pagar	906	–
	11.400	**9.425**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.870	3.917
Empréstimos e financiamentos	83.449	89.584
	87.319	**93.501**
Total do passivo	**98.719**	**102.926**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	191	–
Lucros acumulados	2.724	(349)
	59.392	**56.128**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**158.111**	**159.054**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2021	56.477	–	–	(2.841)	53.636
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.492	2.492
Em 31 de dezembro de 2021	**56.477**	**–**	**–**	**(349)**	**56.128**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.170	4.170
Reserva legal	–	191	–	(191)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(906)	(906)
Transferência entre reservas	–	–	2.724	(2.724)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**56.477**	**191**	**2.724**	**–**	**59.392**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2022	2021
Receita líquida	24.265	25.775
Custos de operação	(8.508)	(7.941)
Lucro bruto	**15.757**	**17.834**
Despesas gerais e administrativas	(2.779)	(2.422)
Outras receitas operacionais, líquidas	–	510
Lucro operacional	**12.978**	**15.922**
Receitas financeiras	545	401
Despesas financeiras	(8.416)	(12.891)
Despesas financeiras, líquidas	**(7.871)**	**(12.490)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**5.107**	**3.432**
Imposto de renda e contribuição social	(937)	(940)
Lucro líquido do exercício	**4.170**	**2.492**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**7,37**	**4,41**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.170	2.492
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.170**	**2.492**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.107	3.432
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	8.077	12.481
Depreciação e amortização	4.949	4.947
Remensuração arrendamento	–	228
Baixa de imobilizado	–	90
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	851	(816)
Adiantamento a fornecedores	(6)	78
Despesas antecipadas	(30)	(63)
Impostos a Recuperar	–	(1)
Outros ativos	(414)	(471)
Fornecedores	351	(7.225)
Salários e encargos sociais	(20)	18
Obrigações tributárias	(84)	(568)
Conta Ressarcimento CCEE	1.946	(347)
Outras obrigações	189	(22)
Caixa gerado pelas operações	**20.916**	**11.763**
Juros pagos	(9.116)	(11.805)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(840)	(956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.960**	**(998)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(3.485)	(116)
Aquisições/Baixas de bens do ativo imobilizado	–	(31)
Recursos provenientes de partes relacionadas líquidos	1.072	(75)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.444)**	**(191)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de fiança	(1.767)	(2.186)
Pagamento de empréstimo e financiamento	(5.778)	(5.585)
Pagamento de arrendamento	(74)	(242)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(7.619)**	**(8.013)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**897**	**(9.202)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.742	11.944
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.639**	**2.742**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**897**	**(9.202)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, 12 de abril de 2023.

(a) Capital circulante líquido: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 5.142 (2021 – R$ 3.244). Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: • (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. • (ii) IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. • (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • (iv) IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos das mudanças climáticas concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

A.Life Entertainment Group S.A

CNPJ nº 11.513.881/0001-60

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 1 de janeiro de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	16.977	73	4.770	65.920	10.844	7.109
Contas a receber	25	25	86	29.916	20.494	29.221
Estoques	–	–	–	21.961	13.434	13.386
Tributos a recuperar	912	746	1.709	9.700	2.157	2.238
Outros ativos	1.031	113	187	6.095	2.524	3.640
	18.945	**957**	**6.752**	**133.592**	**49.453**	**55.594**
Não circulante						
Depósitos judiciais	554	428	428	3.004	747	760
Tributos a recuperar	–	–	–	28.265	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	300.270	156.719	62.321	4.581	4.851	1.142
Investimentos	319.408	181.387	125.959	40	40	40
Imobilizado	2.187	2.018	1.843	251.824	164.787	126.342
Ativo de direito de uso	887	2.879	3.544	175.632	145.353	120.020
Intangível	687	567	212	293.455	94.005	20.090
	623.993	**343.998**	**194.307**	**756.801**	**409.783**	**268.394**
Total do ativo	**642.938**	**344.955**	**201.059**	**890.393**	**459.236**	**323.988**

	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Passivos e patrimônio líquido	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**01/01/2024**
Circulante						
Fornecedores	267	965	520	41.214	21.505	16.674
Salários e encargos sociais a pagar	2.169	1.122	2.708	63.235	29.674	14.943
Empréstimos e financiamentos	15.470	31.141	1.261	26.445	31.141	2.199
Obrigações tributárias	393	368	101	25.681	8.016	2.575
Dividendos a pagar	1.132	4.616	5.000	1.132	3.957	5.000
Passivo de arrendamento	272	467	630	27.307	45.083	15.522
Outros passivos	7.418	6.565	466	27.679	7.918	2.511
	27.121	**45.244**	**10.686**	**212.693**	**147.294**	**59.424**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos lp	54.709	42.883	8.600	79.115	42.883	8.600
Obrigações tributárias lp	–	–	245	10.901	1.890	1.739
Passivo de arrendamento lp	891	3.287	3.754	148.891	110.761	112.889
Tributos diferidos	–	–	–	39.309	5.960	30
Contas a pagar a partes relacionadas	247.437	106.062	36.044	–	–	–
Provisão para perdas em controladas	1.474	1.474	1.474	–	–	–
Provisões para demandas judiciais	–	1.421	1.648	4.747	5.320	2.311
Outros passivos	–	–	–	15.715	–	–
	304.511	**155.127**	**51.765**	**298.678**	**166.814**	**125.569**
	331.632	**200.371**	**62.451**	**511.371**	**314.108**	**184.993**
Patrimônio líquido						
Capital social	157.855	126.231	122.524	157.855	126.231	122.524
Ações em tesouraria	(49)	(49)	(49)	(49)	(49)	(49)
Reserva de capital	239.048	32.101	(1.751)	239.048	32.101	(1.751)
Lucros (prejuízos) acumulados	(85.548)	(13.699)	17.884	(85.549)	(13.699)	17.884
	311.306	**144.584**	**138.608**	**311.305**	**144.584**	**138.608**
Participação dos não controladores	–	–	–	67.719	544	387
	311.306	**144.584**	**138.608**	**379.024**	**145.128**	**138.995**
Total do passivo e patrimônio líquido	**642.938**	**344.955**	**201.059**	**890.393**	**459.236**	**323.988**

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita líquida	–	–	715.658	466.531
Custo dos produtos e serviços vendidos	–	–	(229.732)	(141.928)
Lucro bruto	–	**–**	**485.926**	**324.603**
Receitas/despesas operacionais				
Despesas comerciais	(88)	(375)	(258.705)	(154.334)
Despesas gerais e administrativas	(1.988)	(29.680)	(263.838)	(179.014)
Equivalência patrimonial	(62.845)	2.497	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.295	1.637	5.614	2.363
	(57.626)	**(25.921)**	**(516.930)**	**(330.986)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(57.626)**	**(25.921)**	**(31.004)**	**(6.382)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	6.812	7.498	9.920	7.583
Despesas financeiras	(21.036)	(13.537)	(51.782)	(32.601)
	(14.224)	**(6.039)**	**(41.862)**	**(25.018)**
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(71.850)**	**(31.960)**	**(72.866)**	**(31.400)**
IRPJ e CSLL				
IRPJ e CSLL–correntes	–	–	(818)	(403)
IRPJ e CSLL–diferido	–	377	–	377
Prejuízo do exercício	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Prejuízo do exercício atribuído a:				
Acionistas da companhia			(71.850)	(31.583)
Participação de não controladores			(1.834)	157
			(73.684)	**(31.426)**
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas Da companhia durante o exercício–R$				
Prejuízo básico por ação			(1,03)	(0,60)
Prejuízo diluído por ação			(1,03)	(0,60)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 1 de janeiro de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

	Atribuível aos controladores								
	Capital social	**Ações em tesouraria**	**Reserva de capital**	**Reserva de lucros Retenção de lucros**	**Legal**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1 de janeiro de 2024 (anteriormente apresentado)	122.524	(49)	(1.751)	24.466	2.077	–	**147.267**	387	**147.654**
Alteração de política contábil–amortização das luvas	–	–	–	–	–	(8.659)	(8.659)	–	**(8.659)**
Saldos em 1 de janeiro de 2024 (reapresentado)	**122.524**	**(49)**	**(1.751)**	**24.466**	**2.077**	**(8.659)**	**138.608**	**387**	**138.995**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(31.583)	**(31.583)**	157	**(31.426)**
Aumento de capital	3.707	–	–	–	–	–	**3.707**	–	**3.707**
Aquisição investimento irajá	–	–	33.852	–	–	–	**33.852**	–	**33.852**
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	**126.231**	**(49)**	**32.101**	**24.466**	**2.077**	**(40.242)**	**144.584**	**544**	**145.128**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(71.850)	**(71.850)**	(1.834)	**(73.684)**
Aumento de capital	31.624	–	206.947	–	–	–	**238.571**	–	**238.571**
Movimentos de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	**–**	69.009	**69.009**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**157.855**	**(49)**	**239.048**	**24.466**	**2.077**	**(112.092)**	**311.305**	**67.719**	**379.024**

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Prejuízo do exercício	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente dos exercícios	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Prejuízo do exercício atribuído a:				
Acionistas da companhia			(71.850)	(31.583)
Participação de não controladores			(1.834)	157
			(73.684)	**(31.426)**

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
		31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício	(i)	**(71.850)**	**(31.583)**	**(73.684)**	**(31.426)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido gerado					
Pelas atividades operacionais					
Depreciação do ativo imobilizado		434	325	43.033	26.362
Amortização do ativo de direito		298	665	31.323	21.312
Amortização ativo intangível	(i)	–	–	4.862	4.381
Impairment do ativo intangível		–	–	–	508
Baixa de ativo imobilizado e intangível		9	–	14.272	487
Provisões para contingências		(1.421)	(227)	(8.434)	3.009
Juros sobre empréstimos		15.811	12.757	19.500	13.004
Resultado–"swap" de taxa de juros		1.747	(7.093)	1.747	(7.160)
Juros sobre o passivo de arrendamento (ativo de direito de uso)		(389)	432	18.321	16.826
Efeito líquido da baixa de contratos de arrendamento mercantil		–	–	324	(1.926)
Equivalência patrimonial		62.845	(2.497)	–	–
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber		–	61	23.529	8.969
Estoques		–	–	4.211	735
Tributos a recuperar		(166)	963	(4.475)	85
Outros ativos		(918)	74	7.380	1.279
Depósitos judiciais		(126)	–	(1.773)	64
Fornecedores		(698)	445	4.981	3.448
Salários e encargos sociais a pagar		1.047	(1.586)	12.146	6.395
IRPJ e CSLL		–	–	33.349	(1.835)
Obrigações tributárias		25	22	(34.301)	(3.910)
Outros passivos		1.628	(4)	(31.121)	(4.687)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		**8.276**	**(27.246)**	**65.190**	**55.920**
Juros pagos sobre passivo de arrendamento ("direito de uso")		389	(432)	(18.321)	(16.826)
Juros pagos sobre empréstimos		(18.360)	(738)	(21.579)	(765)
Caixa liquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(9.695)**	**(28.416)**	**25.291**	**38.329**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Partes relacionadas		(2.176)	(24.764)	1.710	(3.203)
Aquisições de subdisiárias líquidas dos caixas adquiridos		(201.639)	(9.269)	(137.773)	(9.898)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(734)	(855)	(33.204)	(62.721)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(204.549)**	**(34.888)**	**(169.267)**	**(75.822)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos distribuídos		(3.484)	–	(3.484)	–
(Aumento) redução de capital		238.572	–	238.572	–
Captação de empréstimos e financiamentos		70.000	62.901	70.000	62.901
Amortização de empréstimos e financiamentos		(73.043)	(3.664)	(76.613)	(5.675)
Movimentos de não controladores		–	–	1.834	–
Pagamento do passivo de arrendamento		(897)	(630)	(31.257)	(15.997)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**231.148**	**58.607**	**199.053**	**41.229**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**16.904**	**(4.697)**	**55.076**	**3.736**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		73	4.770	10.844	7.109
No final do exercício		16.977	73	65.920	10.844
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**16.904**	**(4.697)**	**55.076**	**3.736**

(i) Reapresentado o saldo referente ao exercício findo em 31/12/2024 devido a mudança de política do Grupo quanto a amortização do fundo de comércio a partir do exercício de 2025 - NE 4.1.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
		31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita na venda de produtos e serviços		**–**	**–**	**778.115**	**481.734**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos e serviços vendidos		–	–	(229.732)	(141.928)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		18.782	(16.220)	(183.861)	(131.165)
		18.782	**(16.220)**	**(413.593)**	**(273.093)**
Retenções					
Provisões		772	(627)	(1.052)	(5.236)
Depreciações	(i)	(732)	(989)	(84.487)	(50.946)
		40	**(1.616)**	**(85.539)**	**(56.182)**
Valor (consumido) adicionado produzido pela companhia		**18.822**	**(17.836)**	**278.983**	**152.459**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(62.845)	2.497	–	–
Receitas financeiras–inclui variações monetárias		6.812	7.498	9.920	7.583
		(56.033)	**9.995**	**9.920**	**7.583**
Valor adicionado total a distribuir		**(37.211)**	**(7.841)**	**288.903**	**160.042**
Distribuição do valor adicionado		**37.211**	**7.841**	**(288.903)**	**(160.042)**
Pessoal					
Salários e encargos (inclui fgts)		(12.678)	(10.139)	(237.475)	(133.330)
Participação dos empregados nos lucros		(925)	(443)	(10.055)	(9.930)
		(13.603)	**(10.582)**	**(247.530)**	**(143.260)**
Impostos, taxas e contribuições		**–**	**377**	**(63.275)**	**(15.607)**
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras–incluem variações monetárias		(21.425)	(13.105)	(33.461)	(15.775)
Despesas de aluguéis e arrendamentos		389	(432)	(18.321)	(16.826)
		(21.036)	**(13.537)**	**(51.782)**	**(32.601)**
Remuneração de capitais próprios					
Participação de não controladores no resultado		–	–	1.834	(157)
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(i)	71.850	31.583	71.850	31.583
		71.850	**31.583**	**73.684**	**31.426**

(i) Reapresentado o saldo referente ao exercício findo em 31/12/2024 devido a mudança de política do Grupo quanto a amortização do fundo de comércio a partir do exercício de 2025–NE 4.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "Grupo" ou "Grupo A.Life-Nino" - quando em conjunto com as empresas controladas) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Augusta, 3.000, São Paulo – SP. A Companhia tem por objeto a atividade de bar, restaurante, e outros serviços de alimentação e bebidas com execução ou não de músicas ao vivo, por meio da participação societária em sociedades limitadas. Fundada em 2009, a Companhia iniciou operando na área de bares com as seguintes marcas: Tatu Bola Bar, Eu Tu Eles Bar, Boteco Boa Praça. A partir da de 2021 passou a operar também no segmento de restaurantes com as marcas: Nino, Peppino Cantina, Pino Forno, Da Marino, Giulietta e Ninetto Trattoria. Em 23 de fevereiro de 2024 a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade da participação societária do capital social e das marcas detidas pela Irajá Holding Ltda, com a aquisição foram adicionados ao grupo 10 bares gastronômicos. O Grupo Irajá foi criado em 2011 e tem à frente o chef Pedro de Artagão e reúne cinco marcas: Irajá Redux, Boteco Rainha, Boteco Princesa, Bastarda e Taberna Rainha. A Companhia adquiriu 60,78% do Grupo Drumattos em 31 de maio de 2025, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia. Em 31 de dezembro de 2025 a nova configuração forma um conglomerado com 16 marcas, 99 unidades próprias, 37 franquias e atuação em 20 estados. **2. Reorganização societária: 2.1. Movimentações societárias ocorridas durante 2024:** Após a aquisição do grupo Irajá as empresas Galeto Rainha Barra, Princesa Barra, Taberna Rainha Leblon, Princesa Leblon, Galeto Rainha Leblon, Irajá Redux Rio Sul, Bastarda, Rainha São Paulo, Irajá CC adquiridas nessa transação foram incorporadas a empresa Suzette, e passaram a operar como suas filiais. **2.2. Movimentações societárias ocorridas durante 2025:** Em 19 de fevereiro de 2025, o XP Private Equity I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia alienou sua participação na A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia") para o Strelitzia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Posteriormente ocorreram alterações na composição de cotistas do referido fundo, sem impacto na estrutura de controle. Adicionalmente, mesmo considerando as movimentações societárias acima, a Companhia não teve impacto nenhum em suas operações e inclusive tem efetuado com sucesso a sinergia com a aquisição do Grupo SDM, controlador das marcas Camarada Camarão e Camarão e Cia., melhorando no exercício a sua rentabilidade. A Administração apreciou e aprovou as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, bem como autorizou a sua emissão em 18 de março de 2026, considerando todos os aspectos relevantes relacionados aos eventos subsequentes ocorridos até esta data. **(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(iii) Uso de estimativas e julgamentos críticos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A Diretoria

Diretor: Pedro Henrique Cristoforo da Silveira

Contador: Gabriel Silva Pereira - CRC (1SP320189)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **A.Life Entertainment Group S.A.** São Paulo – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **A.Life Entertainment Group S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

continua ☛

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ☛

A.Life Entertainment Group S.A

nossa opinião. Ênfase **Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.1 – Reapresentação de valores referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, que descreve os ajustes efetuados pela Companhia devido a mudança de política contábil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Auditamos e concordamos com os ajustes efetuados. Nossa opinião não contém modificação a esse respeito. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Combinação de negócios – Aquisição do Grupo Drumattos Camarada Camarão e Camarão & Cia.** Conforme descrito na Nota Explicativa no 11 - "Combinação de Negócios", a Companhia adquiriu o controle acionário do Grupo Drumattos, controlador das redes Camarada Camarão e Camarão & Cia., durante o exercício de 2025. O tema Combinação de Negócios foi considerado o principal assunto de auditoria devido a relevância da aquisição, complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu reconhecimento contábil, o qual considera os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, tais como: **a)** alocação do preço de aquisição; **b)** harmonização das práticas contábeis da Companhia adquirida com aquelas adotadas pela Companhia; **c)** determinação dos valores justos dos ativos assumidos e passivos adquiridos; **d)** determinação do ágio pago na aquisição; e **e)** tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição da participação. A determinação da data de aquisição do controle e, especialmente, a alocação do preço de compra aos ativos e passivos identificados e a apuração do ágio, envolveram o uso de especialistas internos e externos pela administração e o exercício de julgamentos e a consideração de estimativas relevantes, tais como o valor dos pontos comerciais, valor justo da marca, dentre outras. Tais estimativas para serem realizadas necessitam de dados e premissas subjetivas, como por exemplo, taxa de desconto, fluxos de caixa descontados estimados, probabilidade de perdas classificadas entre possíveis e remotas, dentre outras, o que aumente a os riscos de mensuração e alocação do preço de compra. Como resultado da avaliação e todo o processo de reconhecimento dos impactos contábeis, a Companhia apurou e contabilizou um ágio no valor de R$ 106.140 mil. O processo de determinação das estimativas envolve complexidade, julgamento e incerteza e, eventuais alterações nas premissas utilizadas no referido cálculo podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram: **a.** Procedimentos de auditoria nos saldos iniciais da entidade adquirida; **b.** Efetuamos leitura do contrato de compra e venda da entidade adquirida; **c.** Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios; **d.** Obtivemos o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos na execução dos seguintes principais procedimentos de auditoria: • Comparação das premissas relevantes com o plano de negócios elaborado pela administração; • Avaliação da razoabilidade das premissas relevantes, incluindo comparações com estimativas publicadas por fontes de mercado independentes (benchmarks); • Discussão dos critérios utilizados pela administração e seus consultores para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação; e • Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) :** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 – NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2026

Data e Local: 11/03/2026, às 10h00, em sua sede social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, dispensada a publicação de Editais de Convocação. **Mesa:** Presidente da Mesa: Yoshihiko Ogura; Secretário da Mesa: Fumihiko Yamada. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** 01) A distribuição de Dividendos de parte dos lucros acumulados remanescentes de 31/12/2023 no valor de R$ 5.383.000,00, já descontados os juros sobre o Capital próprio aos acionistas em AGE realizada em 03/12/2025, ficando à disposição da assembleia geral dos acionistas em Reserva de Lucros a quantia de R$ 10.545.735,64; 02) nenhuma deliberação sobre outros assuntos.

Acionistas	Participação (% (Valor aproximado)	Distribuição de Dividendos (Valor bruto em Reais)	Alíquota IRRF (%)	IRRF (Valor em Reais)	Distribuição de Dividendos (Valor liquido em Reais)
ITOCHU Corporation	99,996%	5.382.784,68	10%	538.278,47	4.844.506,21
ITOCHU Latin America S.A.	0,004%	215,32	10%	21,53	193,79
Total	**100,000%**	**5.383.000,00**	**---**	**538.300,00**	**4.844.700,00**

Encerramento: Nada mais. São Paulo, 11/03/2026. (ass.:) **Mesa:** Yoshihiko Ogura – Presidente; Fumihiko Yamada – Secretário. Acionistas: ITOCHU Corporation, Pp. Yoshihiko Ogura; ITOCHU Latin America S.A., Pp. Yoshihiko Ogura. JUCESP – Registrado sob o nº 138.082/26-1 em 16/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Coroa (Suécia) - 0,5559
Dólar (EUA) - 5,2308
Franco (Suíça) - 6,5929
Iene (Japão) - 0,03276
Libra (Inglaterra) - 6,9842
Peso (Argentina) - 0,003821
Peso (Chile) - 0,00566
Peso (México) - 0,2943
Peso (Uruguai) - 0,1293
Yuan (China) - 0,7569
Rublo (Rússia) - 0,06438
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,0374

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ n.º 61.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03/12/2025

Data, Horário e Local: Em 03/12/2025, às 10 hs, em sua sede social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Mesa Diretora: Presidente da Mesa:** Yoshihiko Ogura; Secretário da Mesa: Fumihiko Yamada. **Deliberações tomadas por Unanimidade: 01)** O pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, apurados no exercício de 2025 no montante bruto equivalente a R$ 4.700.000,00 e líquido de R$ 4.112.476,50, sendo tal valor distribuído aos acionistas na proporção das ações possuídas, conforme quadro abaixo. Tal valor será colocado à disposição dos acionistas em conta própria, a partir desta data.

Acionista	Participação (%)** Valor aproximado	Juros sobre o Capital (Valor Bruto em Reais)	Alíquota IRRF %	IRRF (Valores em Reais)	Juros sobre Capital (Valor Líquido em Reais)
Itochu Corporation	99,996	4.699.812,00	12,5	587.476,50	4.112.335,50
Itochu Latin America S.A.	0,004	188,00	25	47,00	141,00
Total	**100**	**4.700.000,00**	**--**	**587.523,50**	**4.112.476,50**

Encerramento: Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 03/12/2025. **Yoshihiko Ogura** - Presidente da Mesa; **Fumihiko Yamada** - Secretário da Mesa. Jucesp nº 013.773/26-4 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de abril de 2026, às 9h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, o link de acesso à videoconferência e as orientações para o exercício do voto – que será exclusivamente – por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2026. **Conselho de Administração. (27, 28 e 31.03.2026)**

Ellan S/A

CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 – NIRE 35.300.436.784

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas da Ellan S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 15 horas do dia 02 de Abril de 2026, na sede social, na Rodovia SP 115/280, Km 3,2, Parque das Árvores, Boituva-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025 e eleição da diretoria para o biênio 2026/2027. Boituva, 24/03/26. **Stefan Roberto Stegmann** - Diretor Presidente. **(25, 26 e 27/03/26).**

comercial@datamercantil.com.br

Petróleo fecha em alta e Brent retoma nível de US$ 100 com incertezas sobre diálogo EUA-Irã

Os contratos futuros do petróleo fecharam em alta nesta quinta-feira, 26, e o Brent retomou o patamar acima de US$ 100 o barril, diante de sinalizações conflitantes sobre o diálogo entre os EUA e o Irã, que pode encerrar as hostilidades no Oriente Médio. O mercado segue monitorando os esforços para a reabertura do Estreito de Ormuz.

Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para maio fechou em alta de 4,61% (US$ 4,16), a US$ 94,48 o barril.

Já o Brent para junho subiu 4,61% (US$ 4,63), a US$ 101,89 o barril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE).

O presidente dos EUA, Donald Trump, voltou a ameaçar os negociadores do Irã, alertando que eles devem levar as conversas para um acordo com Washington "a sério", caso contrário "não haverá volta e não será nada bonito".

Ele reiterou que Teerã está "implorando" por um pacto com os americanos e alegou que as notícias de que o país persa teria recusado a proposta são falsas.

O Irã respondeu ao plano proposto pelos EUA, mas criticou a proposta dizendo que ela é vista como "projeto de enganoso", com objetivo de melhorar a imagem externa, conter os preços do petróleo e ganhar tempo para nova ação militar terrestre no sul do país persa.

Nesta quinta, o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf, elogiou o grupo libanês xiita Hezbollah – aliado do regime de Teerã – e alertou para "uma série de surpresas a caminho". Maiores tensões costumam fornecer suporte para a alta do petróleo.

IstoÉDinheiro

EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ nº 51.136.974/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras	–	–	198.333	–
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	12.615	–
Contas a receber	–	–	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente	–	–	819	–
Recursos vinculados	–	–	819	–
Partes relacionadas	–	–	–	1.950
Impostos a recuperar	1.077	3.964	6.310	13.687
Adiantamentos a fornecedores	11	–	1.353	22.593
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	–	99.473	–	–
Outros ativos	11	–	2.020	310
Total dos ativos circulantes	**3.544**	**103.516**	**1.219.727**	**441.795**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	25.442	–
Valores a receber do poder concedente	–	–	–	5.695
Partes relacionadas	–	–	4.628	–
Recursos vinculados	–	–	34.188	18.139
Impostos a recuperar	9.852	–	11.161	–
Custos de captação de dívida antecipados	–	–	53.239	–
Depósitos judiciais	–	–	19.140	14
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	–	1.415
Outros ativos	–	–	274	–
Total do realizável a longo prazo	**9.852**	**–**	**148.072**	**25.263**
Investimento	1.200.455	620.135	–	–
Direito de uso em arrendamento	–	–	42.070	49.303
Imobilizado	–	–	7.923	5.627
Infraestrutura em construção	–	–	285.582	369.655
Intangível	–	–	659.914	114.749
	1.200.455	**620.135**	**995.489**	**539.334**
Total dos ativos não circulantes	**1.210.307**	**620.135**	**1.143.561**	**564.597**
Total dos ativos	**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

	Controladora		Consolidado	
Passivos e patrimônio líquido	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
CIRCULANTE				
Fornecedores	163	129	100.290	146.475
Debêntures	–	23.455	9.454	23.455
Arrendamento mercantil a pagar	–	–	13.741	11.086
Obrigações sociais	–	–	10.696	7.665
Obrigações fiscais	9	2.430	19.692	55.822
Partes relacionadas	14	1.525	10.143	2.454
Credores pela concessão	–	–	4.116	4.863
Dividendos a pagar	368.292	–	368.292	–
Outros passivos	–	–	54	–
Total dos passivos circulantes	**368.478**	**27.539**	**536.478**	**251.820**
Não circulante				
Debêntures	–	162.893	868.978	162.893
Arrendamento mercantil a pagar	–	–	32.579	40.407
Credores pela concessão	–	–	34.192	18.008
Dividendos a pagar	–	69.126	–	69.126
IRPJ e CSLL diferidos	8.987	2.957	35.653	2.957
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	19.022	45
Total dos passivos não circulantes	**8.987**	**234.976**	**990.424**	**293.436**
Total dos passivos	**377.465**	**262.515**	**1.526.902**	**545.256**
Patrimônio líquido				
Capital social	5.133	2.533	5.133	2.533
Reserva de capital	508.117	250.717	508.117	250.717
Reserva legal	1.026	507	1.026	507
Reserva de lucros	322.110	207.379	322.110	207.379
Total do patrimônio líquido	**836.386**	**461.136**	**836.386**	**461.136**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social								
	Capital social subscrito	**Capital social a integralizar**	**Capital social integralizado**	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Reserva de lucros a realizar**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**5.133**	**(2.600)**	**2.533**	**250.717**	**–**	**–**	**–**	**(3.063)**	**250.187**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	280.075	280.075
Destinações do lucro do exercício									
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	507	–	–	(507)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(69.126)	(69.126)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	–	207.379	–	(207.379)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.133**	**(2.600)**	**2.533**	**250.717**	**507**	**207.379**	**–**	**–**	**461.136**
Integralização de capital social	–	2.600	2.600	–	–	–	–	–	2.600
Aumento de reserva de capital	–	–	–	257.400	–	–	–	–	257.400
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	(207.379)	207.379	–	–
Incorporação de dividendos a pagar	–	–	–	–	–	–	69.127	–	69.127
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(276.506)	–	(276.506)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	429.999	429.999
Destinações do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	519	–	–	(519)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(107.370)	(107.370)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	–	322.110	–	(322.110)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.133**	**–**	**5.133**	**508.117**	**1.026**	**322.110**	**–**	**–**	**836.386**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita operacional líquida	–	–	1.272.753	983.315
Custo dos serviços prestados	–	–	(603.707)	(540.193)
Lucro bruto	**–**	**–**	**669.046**	**443.122**
Despesas gerais e administrativas	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas e despesas	–	–	8.866	5.708
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	–	–
Lucro operacional	**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
Receitas financeiras	1.568	1	81.480	46.513
Despesas financeiras	(18.308)	(24.004)	(52.605)	(32.952)
Resultado financeiro	**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**
Lucro operacional antes dos impostos	**436.475**	**283.031**	**640.983**	**427.119**
IRPJ e CSLL	**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
Correntes	(445)	–	(176.872)	(145.503)
Diferidos	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
Lucro líquido do exercício	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
Resultado por ação básico e diluído – R$	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	429.999	280.075	429.999	280.075
Resultado abrangente do exercício	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas				
Receita de serviços prestados	–	–	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	–	–	460.790	455.677
Desconto de usuário frequente	–	–	8.715	5.695
Receitas acessórias	–	–	311	66
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	–	–	6	–
Outras receitas			145	13
	–	**–**	**1.359.355**	**1.039.100**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	–	–	(55.766)	(25.774)
Custo de serviços de construção	–	–	(460.790)	(455.677)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(623)	(736)	(44.926)	(14.151)
Custo da concessão	–	–	(20.690)	(18.390)
Outros custos	(2)	(15)	(18.074)	(12.653)
	(625)	**(751)**	**(600.246)**	**(526.645)**
Valor adicionado bruto	**(625)**	**(751)**	**759.109**	**512.455**
Depreciação e amortização	(364)	–	(27.437)	(12.160)
Valor adicionado líquido produzido (retido)	**(989)**	**(751)**	**731.672**	**500.295**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	–	–
Receitas financeiras	1.568	1	81.480	46.513
	455.771	**307.786**	**81.480**	**46.513**
Valor adicionado total a distribuir	**454.782**	**307.035**	**813.152**	**546.808**
Distribuição do valor adicionado	**454.782**	**307.035**	**813.152**	**546.808**
Pessoal e encargos:	**–**	**–**	**40.487**	**33.022**
Remuneração direta	–	–	30.371	26.079
Benefícios	–	–	8.155	5.575
FGTS	–	–	1.961	1.368
Impostos, taxas e contribuições:	**6.479**	**2.956**	**289.048**	**197.248**
Federais (incluindo IOF)	6.479	2.956	244.246	168.706
Municipais	–	–	44.802	28.542
Remuneração de capitais de terceiros:	**448.303**	**304.079**	**483.617**	**316.538**
Juros sobre debêntures	4.208	20.303	18.795	20.303
Aluguéis	–	–	1.341	3.493
Outras despesas financeiras	14.096	3.701	33.482	12.521
Dividendos e juros sobre capital próprio	106.855	69.126	106.855	69.126
Lucros retidos	323.144	210.949	323.144	210.949

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	436.475	283.031	640.983	427.119
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(454.203)	(307.785)	–	–
Juros e variação monetária de debêntures	4.208	20.303	18.795	20.303
Amortização do custo de captação de debêntures	9.638	1.112	10.007	1.112
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	–	–	6.125	5.374
Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(5.908)	–
Atualização monetária de impostos	–	–	(2.446)	
Depreciação e amortização	364	–	27.437	12.160
Provisão de recursos vinculados	–	–	27.017	17.858
Provisão para participação nos lucros	–	–	3.514	3.696
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	(2)	45
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	–	–	(6)	–
Resultado na baixa de ativos intangíveis	–	–	22	–
Perdas de arrecadação	–	–	343	196
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(22.300)	(37.644)
Valores a receber do poder concedente	–	–	(8.715)	(5.695)
Partes relacionadas	–	–	(2.678)	(1.950)
Impostos a recuperar	(208)	–	(7.134)	(9.216)
Adiantamentos a fornecedores	(11)	–	21.240	(22.536)
Depósitos judiciais	–	–	(19.126)	(14)
Outros ativos	(13)	–	(1.986)	(310)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	34	128	11.224	9.224
Obrigações sociais	(2.562)	–	(3.045)	3.940
Obrigações fiscais	–	2.430	3.121	10.282
Partes relacionadas	(1.511)	1.464	2.127	(3.357)
Credores pela concessão	–	–	(1.566)	4.863
Outros passivos	–	–	54	–
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(7.789)**	**683**	**697.097**	**435.450**
Pagamento de IRPJ e CSLL	(304)	–	(207.764)	(104.974)
Pagamento de juros sobre debêntures	(54.537)	(10.474)	(54.537)	(10.474)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	–	–	(6.125)	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(62.630)**	**(9.791)**	**428.671**	**320.002**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital social em controlada	(519.345)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	511.301	96.535	–	–
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	–	–	(479.440)	(305.759)
Aquisições de itens de intangível	–	–	(998)	(9.942)
Aquisições de itens de imobilizado	–	–	(3.561)	(5.955)
Aplicações financeiras			(230.483)	–
Recursos vinculados	–	–	(13.291)	(17.989)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) nas atividades de investimento	**(8.044)**	**96.535**	**(727.773)**	**(339.645)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento e integralização de capital social e reserva de capital	260.000	–	260.000	–
Dividendos pagos	(15.583)	–	(15.583)	–
Captação de debêntures	260.000	–	1.160.000	–
Custos de captação de debêntures	(7.427)	(757)	(97.189)	(757)
Pagamento de debêntures – principal	(423.950)	(86.051)	(423.950)	(86.051)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	–	–	(11.930)	(13.065)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**73.040**	**(86.808)**	**871.348**	**(99.873)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.366	(64)	572.246	(119.516)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79	143	365.807	485.323
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP. A controlada EPR Litoral Pioneiro ("Litoral Pioneiro") tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. A controlada EPR Engenharia 2 S.A. ("Engenharia 2"), tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral. Até a presente data, controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais. Segmento operacional**:** O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria que avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. Reforma tributária**:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. O contrato de concessão operado pela controlada Litoral Pioneiro prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Entidades do Grupo:** A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de suas controladas, bem como sua principal atividade.

					Participação	
Controlada	**Atividade principal**	**Contrato de concessão**	**Data do término da concessão**	**Participação**	**2025**	**2024**
EPR Litoral Pioneiro S.A. (i)	Concessão de rodovias	No 02/2023	Fev/54	Direta	100%	100%
EPR Engenharia 2 S.A. (ii)	Serviços de Engenharia	–	–	Direta	99%	–

(i) Constituída em 1º de junho de 2023, a Litoral Pioneiro tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão. A concessão celebrada através do contrato n.º 002/2023, de 30 de janeiro de 2024, com a ANTT, com prazo de concessão de 30 anos, com data de início de concessão efetiva em 28 de fevereiro de 2024, fornece ao Grupo o direito de exploração de concessão por meio de serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário que compõem o Lote 2 – Rodovias do Paraná. O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, sendo 4 em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência tarifa de pedágio estipulada em contrato sendo esta, ainda, diferenciadas por categorias de veículos, em razão do número de eixos e da rodagem, e corrigidas anualmente de acordo com os parâmetros estabelecidos em contrato. Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou junto à CVM o pedido de registro automático para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 5.550.900, em seis séries, com garantia real e fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. Os recursos captados serão integralmente utilizados no projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/40 8/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 02/2023, celebrado com a ANTT. No exercício de 2025 foram integralizados R$ 900.000 do valor total, conforme detalhado na nota explicativa no 22. A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 23 de março de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão. Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro, conforme previsão contratual, teve homologada a entrega do escopo de trabalhos iniciais, bem como das praças de pedágio nº 2, localizada em Sengés, e nº 7, situada em Siqueira Campos. A partir dessa homologação, a controlada iniciou a arrecadação nessas praças em 14 de março de 2025. O projeto abrange investimentos obrigatórios, estabelecidos no contrato de concessão, relacionados à obras de: · Recuperação do sistema rodoviário; · Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; e · Melhoria, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, ciclovias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outros. (ii) A controlada EPR Engenharia 2, atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do Grupo. Até a presente data, controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais. A Companhia e suas controladas, em conjunto, serão denominadas 'Grupo' doravante nestas demonstrações financeiras. **3. Base de preparação: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação à infraestrutura em construção de sua controlada. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conselho de Administração

Enio Stein Júnior — Carlo da Silveira Framarim

Carlos Eduardo Auchewski Xisto

Diretoria

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Enio Stein Júnior

Diretor de Relações com Investidores e sem designação específica

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia

Contador CRC: MG–106304/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da **EPR Infraestrutura PR S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. *Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais***:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. *Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas* Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível*:** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto**:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado***:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

continua ☛

PUBLICIDADE LEGAL

e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623

F José Antonio de Andrade Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Maurício Caviglia, Diretor Presidente da Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro, nº 1.030, escritório 206, Condomínio Stadium, Bairro Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP: 06454-000, no próximo dia 08 de abril de 2026, às 10:00, em 1ª chamada, e às 11:00, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) em se aprovando o item "i" acima, a alteração do Artigo 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Barueri – SP, 26 de março de 2026. Maurício Caviglia - Diretor Presidente. (27, 28 e 31.03.2026)

Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 57.839.776/0001-17 - NIRE nº 35.265.299.020

Ata da Reunião de Sócios realizada em 25 de Março de 2026

Data, Hora e Local: 25 de março de 2026, às 10:00 horas, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Brás Cardoso, nº 85, Apartamento 51, Vila Nova Conceição, CEP 04510-030. **Presença:** Presentes os sócios representando a totalidade do capital da **Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda.** ("Sociedade"), conforme assinatura constante no final desta ata de reunião (ANEXO I). **Convocação:** dispensada as formalidades da convocação, em vista da presença das quotistas, detentoras da totalidade do capital social da Sociedade, conforme o disposto no Artigo 1.072, parágrafo 2º do Código Civil. **Mesa:** Assumindo a Presidência da mesa, o sócio Fernando Fontes Iunes, convidou a mim, Fernanda Marinho Aidar Iunes, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a redução do Capital Social da Sociedade por excesso de caixa; e **(iii)** caso seja aprovado a deliberação indicada no item "i", autorizar aos administradores a praticarem os atos necessários para cumprirem a deliberação tratada na presente Ata. **Deliberações:** Prestados os esclarecimentos necessários, os sócios aprovaram por unanimidade e sem exceções **(i)** a redução do Capital Social da Sociedade de **R$ 24.001.000,00 (vinte e quatro milhões e mil reais)** para **R$ 17.801.000,00 (dezessete milhões e oitocentos e um mil reais)**, uma redução, portanto, no valor de **R$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais)**, mediante o cancelamento de **6.200.000 (seis milhões e duzentas mil)** quotas da Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, por considerá-lo excessivo, com a consequente restituição aos sócios do valor total de R$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais), em moeda corrente nacional, de forma não proporcional às participações societárias, conforme acordado entre os sócios, observada a disponibilidade de caixa da Sociedade, com a correspondente redução de suas participações no capital social, da seguinte forma: **(a)** à sócia Fernanda Marinho Aidar, o valor de R$ 1.767.500,00 (um milhão setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); **(b)** ao sócio Marcos Pereira Marinho Aidar, o valor de R$ 1.477.500,00 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais); **(c)** à sócia Adriana Pereira Marinho Aidar, o valor de R$ 1.477.500,00 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais); e **(d)** à sócia Roberta Aidar Kennedy Lund, o valor de R$ 1.477.500,00 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais); e **(ii)** autorizar aos administradores da Sociedade, a praticarem todos os atos necessários para cumprimento das deliberações tratadas nesta Ata, ratificando todas as operações realizadas pelos administradores até a presente data. **Suspensão Dos Trabalhos e Lavratura Da Ata:** Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Fernando Fontes Iunes, Presidente; e Fernanda Marinho Aidar Iunes, Secretária. **Sócios Presentes:** Fernando Fontes Iunes, Fernanda Marinho Aidar Iunes, Marcos Pereira Marinho Aidar, Adriana Pereira Marinho Aidar, Roberta Aidar Kennedy Lund, Ricardo Pereira Marinho Aidar, Andre Aidar Fontes Iunes, Luisa Aidar Fontes Iunes, Julia Aidar Fontes Iunes, Lucas Aidar Kennedy Lund e Thomas Aidar Kennedy Lund. São Paulo, 25 de março de 2026.

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 – Companhia Aberta – Código CVM nº 02533-0

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026

Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 81/22 ("RCVM 81"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2026, às 10h30, de modo exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária**: **1.1** as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **1.2** a destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **1.3.** a fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; **1.4.** a eleição de membros ao Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; **1.5** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026; e **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1** a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; **2.2** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; **2.3** a autorização para os Administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGOE, com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o boletim de voto a distância ("Boletim"), todos os demais documentos previstos na RCVM 81 e na Lei das S.A. e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados, nesta data, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br). **Participação dos acionistas na AGOE:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.: **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou **(iii)** via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.1.2 do Manual de Participação em AGOE da Allied Tecnologia S.A., os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGOE, que será presencial, deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia **22 de abril de 2026 (quarta-feira) –** os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (ii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede social da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia; do escriturador das ações da Companhia; do depositário central; ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2.4. do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **20 de abril de 2026**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em AGOE, que pode ser acessado nos websites da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Nos termos dos artigos 3º e 4º da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo do capital votante da Companhia necessário à (i) requisição de adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% e (ii) requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2%. São Paulo/SP, 25 de março de 2026. ***Rafael Patury Carneiro Leão*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (25, 26 e 27/03/2026)

comercial@datamercantil.com.br

Dólar sobe a R$ 5,25 com incertezas sobre cessar-fogo no Oriente Médio

Incertezas sobre as supostas negociações para um cessar-fogo no Oriente Médio, em meio a informações conflitantes vindas de Estados Unidos e Irã, aumentaram a percepção global de risco, levando investidores a abandonar bolsas e divisas emergentes para buscar abrigo na moeda norte-americana.

Por aqui, o dólar à vista avançou 0,69%, a R$ 5,2562, após máxima de R$ 5,2632. Em março, a divisa acumula valorização de 2,38% em relação ao real, que apresenta no período desempenho superior a seus principais pares, à exceção do peso colombiano. No ano, as perdas são de 4,24%.

"O dia foi bem volátil, com o mercado digerindo as falas dos dois lados da guerra, em um xadrez diplomático em que ninguém quer parecer fragilizado. O investidor está mais cauteloso, esperando uma definição, para voltar a montar posições em ativos de risco", afirma a analista de mercado internacional Isabella Hass, da W1 Capital.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o Irã está "implorando por um acordo", ressaltando que as informações de que Teerã teria recusado um plano para cessar-fogo são falsas. Segundo Trump, os iranianos permitiram a passagem de oito navios petroleiros pelo Estreito de Ormuz, como "um presente" aos EUA.

O Irã teria classificado a proposta de cessar-fogo de Trump, com 15 pontos para negociações, de "enganosa", segundo a agência Tasnim. Para Teerã, o plano americano é apenas um meio para conter os preços do petróleo e ganhar tempo para uma ação militar no sul do país. Aliado dos EUA, Israel atacou o território iraniano e matou o comandante da Marinha da Guarda Revolucionária do Irã, Alireza Tangsiri.

No fim da tarde, com o mercado de câmbio à vista já fechado, Trump afirmou que vai adiar até 6 de abril eventuais ataques à infraestrutura de energia do Irã, a pedido do governo iraniano. Ele voltou a repetir que as negociações com Teerã estão "indo muito bem".

As cotações do petróleo avançaram, com o contrato do Brent para junho fechando em alta de 4,61%, a US$ 101,89. A commodity tem ganhos de mais de 40% em março e alta de quase 80% no ano. Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY voltou a tocar os 100,000 pontos, enquanto a taxa das Treasuries de 2 anos avançou cerca de 2,50%, refletindo temores inflacionários.

"O real está se segurando bem com o diferencial de juros ainda elevado e a postura dura do Banco Central. E o Brasil também é exportador líquido de petróleo. Mas se houver um choque energético com um conflito mais prolongado, o dólar deve ser fortalecer bastante no mundo, pressionando a nossa taxa de câmbio", afirma Isabella Hass, da W1 Capital.

IstoÉDinheiro

EPR Participações S.A.

CNPJ nº 48.803.906/0001-70

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativos	**2025**	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.083	35	2.066.292	1.792.630
Aplicações financeiras	–	–	1.429.036	–
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	55.242	36.873
Contas a receber	–	–	177.510	101.864
Valores a receber do poder concedente	–	–	18.016	8.177
Recursos vinculados	–	–	14.328	–
Ativo financeiro	–	–	7.423	–
Dividendos a receber	128.788	13.266	–	–
Impostos a recuperar	378	31	43.926	48.169
Adiantamentos a fornecedores	976	518	8.545	27.546
Custos de captação de dívida antecipados	–	–	764	–
Outros ativos	26	–	10.421	4.384
Total dos ativos circulantes	**145.251**	**13.850**	**3.831.503**	**2.019.643**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	237.583	60.700
Valores a receber do poder concedente	–	–	–	6.872
Recursos vinculados	–	–	61.618	33.250
Partes relacionadas	19.916	19.880	–	–
Dividendos a receber	–	4.980	–	–
Impostos a recuperar	3		21.757	–
Custos de captação de dívida antecipados	–	–	53.239	–
Depósitos judiciais	–	–	20.387	90
Irpj e csll diferidos	–	–	5.237	3.219
Outros ativos	–	–	448	41
Total do realizável a longo prazo	**19.919**	**24.860**	**400.269**	**104.172**
Investimentos	1.188.164	564.367	–	–
Direito de uso em arrendamento	25.582	2.041	159.305	118.955
Imobilizado	3.100	1.041	65.214	22.320
Infraestrutura em construção	–	–	869.941	1.049.832
Intangível	198	8	2.525.330	1.105.548
	1.217.044	**567.457**	**3.619.790**	**2.296.655**
Total dos ativos não circulantes	**1.236.963**	**592.317**	**4.020.059**	**2.400.827**
Total dos ativos	**1.382.214**	**606.167**	**7.851.561**	**4.420.470**

	Controladora		Consolidado	
Passivos e patrimônio líquido	**2025**	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Circulante				
Fornecedores	6.044	1.871	307.526	283.452
Debêntures e notas comerciais	–	–	50.831	124.616
Arrendamento mercantil a pagar	3.052	467	41.775	26.682
Obrigações sociais	15.035	8.732	55.018	30.847
Obrigações fiscais	482	95	61.464	91.248
Partes relacionadas	–	14.775	–	–
Credores pela concessão	–	–	100.738	71.135
Dividendos a pagar	–	–	431.432	15.014
Outros passivos	–	–	305	35
Total dos passivos circulantes	**24.613**	**25.940**	**1.049.089**	**643.029**
Não circulante				
Debêntures e notas comerciais	–	–	4.355.808	2.375.312
Arrendamento mercantil a pagar	18.174	1.660	125.117	97.000
Obrigações fiscais	–	–	257	–
Credores pela concessão	–	–	61.621	33.952
Dividendos a pagar	98.725	–	98.725	94.612
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	133.149	50.960
Provisão para perda em investimentos	518	10.162	–	–
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	20.434	124
Outros passivos	–	–	690	–
Total dos passivos não circulantes	**117.417**	**11.822**	**4.795.801**	**2.651.960**
Total dos passivos	**142.030**	**37.762**	**5.844.890**	**3.294.989**
Patrimônio líquido				
Capital social	73.164	71.514	73.164	71.514
Reserva de capital	477.908	314.558	477.908	314.558
Reserva de lucros	689.112	182.333	689.112	182.333
Total do patrimônio líquido controladores	**1.240.184**	**568.405**	**1.240.184**	**568.405**
Participação de não controladores	–	–	766.487	557.076
Total do patrimônio líquido	**1.240.184**	**568.405**	**2.006.671**	**1.125.481**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.382.214**	**606.167**	**7.851.561**	**4.420.470**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Receita operacional líquida	–	–	3.677.660	2.540.334
Custo dos serviços prestados	–	–	(1.848.999)	(1.582.820)
Lucro bruto	**–**	**–**	**1.828.661**	**957.514**
Despesas gerais e administrativas	(5.174)	(15.357)	(276.955)	(137.411)
Outras receitas e despesas	11.064	–	40.137	34.219
Equivalência patrimonial	618.890	215.489	–	–
Lucro operacional	**624.780**	**200.132**	**1.591.843**	**854.322**
Receitas financeiras	1.483	98	390.694	155.986
Despesas financeiras	(425)	(28)	(458.831)	(241.653)
Resultado financeiro	**1.058**	**70**	**(68.137)**	**(85.667)**
Lucro operacional antes dos impostos	**625.838**	**200.202**	**1.523.706**	**768.655**
IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**(499.208)**	**(258.714)**
Correntes	–	–	(419.037)	(206.491)
Diferidos	–	–	(80.171)	(52.223)
Lucro líquido do exercício	**625.838**	**200.202**	**1.024.498**	**509.941**
Participação de controladores	625.838	200.202	625.838	200.202
Participação de não controladores	–	–	398.660	309.739
Resultado por ação básico e diluído – R$	**1,2168**	**0,6664**	**1,2168**	**0,6664**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Lucro líquido do exercício	625.838	200.202	1.024.498	509.941
Resultado abrangente do exercício	**625.838**	**200.202**	**1.024.498**	**509.941**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

							Controladora		Consolidado
	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Reserva de lucros a realizar**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**70.585**	**218.850**	**–**	**–**	**–**	**(15.152)**	**274.283**	**391.884**	**666.167**
Aumento de capital social e reserva de capital	929	95.708	–	–	–		96.637	27.500	124.137
Aquisição de participação de não controladores	–	–	–	(2.717)	–	–	(2.717)	(62.422)	(65.139)
Lucro do exercício (reapresentado)	–	–	–	–	–	200.202	200.202	309.739	509.941
Destinações do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal (reapresentado)	–	–	9.253	–	–	(9.253)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos obrigatórios (reapresentado)	–	–	–	–	43.949	(43.949)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros (reapresentado)	–	–	–	131.848	–	(131.848)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(109.625)	(109.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	**71.514**	**314.558**	**9.253**	**129.131**	**43.949**	**–**	**568.405**	**557.076**	**1.125.481**
Aumento de capital social e reserva de capital	1.650	163.350	–	–	–	–	165.000	203.845	368.845
Aquisição de participação de não controladores	–	–	–	26.279	–	–	26.279	(98.427)	(72.148)
Alteração de participação societária	–	–	–	8.096	–	–	8.096	8.007	16.103
Diluição de participação societária	–	–	–	(54.709)	–	–	(54.709)	54.709	–
Dividendos não distribuídos	–	–	–	–	–	–	–	88.854	88.854
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	625.838	625.838	398.660	1.024.498
Destinações do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal	–	–	5.380	–	–	(5.380)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	155.115	(155.115)	–	–	–
Realização de dividendos	–	–	–	–	(98.725)	–	(98.725)	(446.237)	(544.962)
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	465.343	–	(465.343)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**73.164**	**477.908**	**14.633**	**574.140**	**100.339**	**–**	**1.240.184**	**766.487**	**2.006.671**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas				
Receita de serviços prestados	–	–	2.455.899	1.336.467
Receita de serviços de construção	–	–	1.426.572	1.317.235
Desconto de usuário frequente	–	–	28.555	14.742
Receita acessória		–	359	67
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	–	–	205	–
Outras receitas	11.064	–	11.377	19.477
	11.064	**–**	**3.922.967**	**2.687.988**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	–	–	(204.586)	(128.014)
Custo de serviços de construção	–	–	(1.349.385)	(1.259.458)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.976)	(10.453)	(198.001)	(69.513)
Custo da concessão	–	–	(69.548)	(40.819)
Outros custos	(64)	(1.838)	(48.127)	(49.556)
	(3.040)	**(12.291)**	**(1.869.647)**	**(1.547.360)**
Valor adicionado bruto	**8.024**	**(12.291)**	**2.053.320**	**1.140.630**
Depreciação e amortização	(1.007)	(165)	(85.318)	(46.444)
Valor adicionado líquido produzido (retido)	**7.017**	**(12.456)**	**1.968.002**	**1.094.186**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.483	98	390.694	155.986
Equivalência patrimonial	618.890	215.489	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**627.390**	**203.131**	**2.358.696**	**1.250.171**
Distribuição do valor adicionado	**627.390**	**203.131**	**2.360.854**	**1.250.171**
Pessoal e encargos:	**1.806**	**2.290**	**163.037**	**105.681**
Remuneração direta	1.503	2.057	126.193	83.476
Benefícios	279	149	29.067	17.582
Fgts	24	84	7.777	4.623
Impostos, taxas e contribuições:	**41**	**1**	**707.161**	**373.201**
Federais (incluindo iof)	41	1	593.764	312.157
Municipais	–	–	113.397	61.044
Remuneração de capitais de terceiros:	**625.543**	**200.840**	**1.488.498**	**771.289**
Juros e atualização monetária sobre debêntures	–	–	363.081	180.899
Juros	–	–	–	233
Aluguéis	(683)	555	7.944	20.546
Outras despesas financeiras	385	83	92.972	59.670
Dividendos	98.725	–	98.725	–
Lucros retidos	527.116	200.202	527.116	200.202
Participação de não controladores	–	–	398.660	309.739

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	625.838	200.202	1.523.706	768.655
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(618.890)	(215.489)		–
Juros e atualização monetária de debêntures e notas comerciais	–	–	363.081	180.899
Amortização dos custos de captação de debêntures e notas comerciais	–	–	24.878	17.156
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	199	18	18.410	11.329
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	–	–	848	6.816
Atualização monetária de ressarcimento regulatório	–	–	–	(540)
Atualização monetária de ativo de delegação de serviços públicos	–	–	2.710	2.914
Ganho de ressarcimento regulatório	–	–	–	(22.508)
Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(180.523)	(1.802)
Credores pela concessão	–	–	–	37.251
Atualização monetária de duf	–	–	(594)	–
Atualização monetária de impostos	–	–	(5.716)	–
Depreciação e amortização	1.007	165	85.318	46.444
Provisão de recursos vinculados	–	–	63.245	–
Provisão de banda contratual	–	–	6.915	–
Provisão para participação nos lucros	7.465	6.180	15.813	14.380
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	–	337	123
Perdas de arrecadação	–	–	998	5.916
Resultado na baixa de ativos intangíveis	–	–	22	–
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	–	–	(205)	–
Outros ajustes do ativo financeiro	–	–	–	2.268
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(76.644)	(77.613)
Valores a receber do poder concedente	–	–	(28.555)	(14.742)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Partes relacionadas	(35)	(14.129)	–	–
Impostos a recuperar	(350)	31	(50.703)	(22.118)
Adiantamentos a fornecedores	(458)	416	19.002	(19.235)
Depósitos judiciais	–	–	(20.296)	(90)
Outros ativos	(26)	–	(6.406)	(1.079)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.173	1.363	2.587	26.320
Obrigações sociais	(1.162)	2.552	5.795	7.773
Obrigações fiscais	387	94	10.052	14.686
Partes relacionadas	(1.950)	1.950	–	–
Credores pela concessão	–	–	3.590	5.297
Outros passivos	–	–	960	(229)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**16.198**	**(16.647)**	**1.778.625**	**988.271**
Pagamento de IRPJ e CSLL	–	–	(415.132)	(140.353)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	(199)	–	(18.410)	–
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais	–	–	(284.231)	(243.016)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**15.999**	**(16.647)**	**1.060.852**	**604.902**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital social em controladas	(181.155)	(27.500)	–	–
Aquisição de participação de não controladores	(72.150)	(65.137)	(72.150)	(65.137)
Alteração de participação societária	16.100	–	16.100	–
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	78.885	–	–	–
Sinistro de ativos intangíveis	–	–	–	36.235
Pagamento de ativo de delegação de serviços públicos	–	–	–	(140.755)
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	–	–	(1.319.969)	(1.066.850)
Aquisições de itens de intangível	(153)	–	(2.461)	(11.526)
Aquisições de itens de imobilizado	(2.390)	(1.058)	(48.232)	(15.368)
Reembolso do poder concedente	–	–	165.834	200.463
Aplicações financeiras	–	–	(1.443.765)	(95.771)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 (Reapresentado)**	**2025**	**2024 (Reapresentado)**
Recursos vinculados	–	–	(36.519)	(33.058)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(160.863)**	**(93.695)**	**(2.741.162)**	**(1.191.767)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social e reserva de capital	165.000	96.637	368.845	124.136
Custos de captação de debêntures e notas comerciais	–	–	(154.482)	(89.560)
Mútuo com partes relacionadas	–	12.825	–	–
Emissão de debêntures e notas comerciais	–	–	2.750.000	1.920.000
Pagamento de debêntures – principal	–	–	(937.427)	(986.052)
Pagamentos de arrendamento mercantil – principal	(5.088)	(80)	(37.318)	(29.378)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	(35.646)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**159.912**	**109.382**	**1.953.972**	**939.146**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**15.048**	**(960)**	**273.662**	**352.281**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**35**	**995**	**1.792.630**	**1.440.349**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**15.083**	**35**	**2.066.292**	**1.792.630**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A EPR Participações S.A., ("EPR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2022, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, no município de São Paulo – SP. Segmento operacional**:** A Companhia, por meio de suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo"), tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais. Reforma tributária**:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. Os contratos de concessão operados pelas controladas diretas Triângulo, Sul de Minas e Vias do Café, e pelas controladas indiretas Litoral Pioneiro, Via Mineira e Iguaçu prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Entidades do Grupo:** As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as controladas listadas abaixo:

					31/12/2025		31/12/2024	
Controlada	**Atividade principal**	**Contrato de concessão**	**Data do término da concessão**	**Início da cobrança de pedágio**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (i)	Concessão de rodovias	003/2022	Fev/53	28/10/2023	53,42%	–	50%	–
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (ii)	Concessão de rodovias	004/2022	Mar/53	09/10/2023	50,00%	–	50%	–
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (iii)	Concessão de rodovias	005/2022	Out/53	26/07/2024	62,77%	–	50%	–
EPR Infraestrutura PR S.A. (iv)	Holding	–	–	–	56,64%	–	50%	–
EPR Litoral Pioneiro S.A. (v)	Concessão de rodovias	002/2023	Fev/54	23/03/2024	–	56,64%	–	50%
EPR Infraestrutura MG S.A. (vi)	Holding	–	–	–	25,05%	–	50%	–
EPR Via Mineira S.A. (vii)	Concessão de rodovias	004/2023	Ago/54	06/08/2024	–	25,05%	–	50%
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (viii)	Holding	–	–	–	75,00%	–	99%	–
EPR Iguaçu S.A. (ix)	Concessão de rodovias	005/2024	Mai/55	28/06/2025	–	75,00%	99%	–
EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (x)	Holding	–	–	–	75,00%	–	–	–
EPR Paraná S.A. (xi)	Concessão de rodovias	–	–	–	–	75,00%	–	–
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (xii)	Gerenciamento de obras	–	–	–	100%	–	100%	–

A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio. (i) Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. ("Triângulo"), constituída em 13 de setembro de 2022, a controlada tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Triângulo Mineiro", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 24 de fevereiro de 2023. A controlada Triângulo é responsável pela operação e manutenção de 627 km do trecho das rodovias formada por 9 rodovias que passam por 16 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. No contexto da exploração do sistema rodoviário a controlada assumiu o compromisso de pagar ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transporte - FUNTRANS o montante de R$ 446.680 (valor original) pela delegação dos serviços públicos. Os pagamentos dos compromissos foram divididos em três parcelas, sendo: i) No ato da eficácia da concessão, sendo realizado pagamento no montante R$ 288.295 em fevereiro de 2023; ii) Até o décimo segundo mês de concessão, contado da data da eficácia, sendo realizado pagamento de R$ 140.755 em fevereiro de 2024; e iii) Até o vigésimo quarto mês de concessão, contado da data da eficácia, que em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 65.949 (R$ 62.390 em 31 de dezembro de 2024) na conta de credores pela concessão (Nota 27). Os valores são atualizados pelo IPCA até a data da efetiva liquidação conforme contrato firmado. Em 5 de fevereiro de 2025, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão entre a controlada e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA, poder concedente, no qual ficou suspensa a obrigação de pagamento do compromisso devido ao FUNTRANS até 30 de novembro de 2025. O pagamento foi novamente prorrogado até 05 de fevereiro de 2026 conforme o

continua ☛

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ☛

EPR Participações S.A.

2° termo aditivo ao contrato de concessão, celebrado em 28 de novembro de 2025 entre a controlada e a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais – ARTEMIG, órgão que passou a exercer as atribuições do poder concedente. A suspensão se deu em razão do interesse das partes em avaliar as adequações necessárias no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"). Para maiores informações, vide nota explicativa n° 39. (ii) Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("Sul de Minas"), constituída em 13 de setembro de 2022, a controlada tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Sul de Minas", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA n° 003/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. O contrato é estabelecido como uma Parceria Público Privada ("PPP"). A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 03 de março de 2023. O lote da concessão compreende a extensão de 627,4 quilômetros de malha formada por 9 rodovias que passam por 14 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. (iii) Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. ("Vias do Café"), constituída em 18 de julho de 2023, a controlada tem por objeto social a concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Rodovia do Café", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Pública Internacional SEINFRA n° 003/2022, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 23 de outubro de 2023. A controlada Vias do Café é responsável pela operação e manutenção de 438 km do trecho das rodovias MG-167, BR-265, LMG-863, CMG-491, BR-146 e CMG-369, abrangendo 9 municípios de Minas Gerais. (iv) EPR Infraestrutura PR S.A. ("Infra PR"), constituída em 1° de junho de 2023, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (v) EPR Litoral Pioneiro S.A. ("Litoral"), constituída em 1° de junho de 2023, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão n° 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assunção do contrato, obtida em 28 de fevereiro de 2024. O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, todas em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. (vi) EPR Infraestrutura MG S.A. ("Infra MG"), constituída em 20 de maio de 2024, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (vii) EPR Via Mineira S.A. ("Via Mineira"), constituída em 20 de maio de 2024, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 06 de agosto de 2024. A controlada indireta é responsável pela operação e manutenção de 232 km do trecho da BR-040, abrangendo 15 municípios de Minas Gerais. (viii) EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Infra Lote 6"), constituída em 18 de outubro de 2024, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósitos específicos que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (ix) EPR Iguaçu S.A. ("Iguaçu"), constituída em 18 de outubro de 2024, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão n° 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assunção do contrato, obtida em 08 de maio de 2025. (x) EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. ("Infra Lote 4"), constituída em 05 de maio de 2025, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósitos específicos que explorem empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. (xi) EPR Paraná S.A. ("Paraná"), constituída em 05 de maio de 2025, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelas BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986, denominado "Lote 4 – Rodovias do Paraná", como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão n° 03/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 06 de fevereiro de 2026. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assunção do contrato, obtida em 10 de fevereiro de 2026. (xii) EPR Engenharia S.O. S.A. ("EPR Engenharia"), a controlada atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do Grupo. As concessionárias têm como principais obrigações, conforme o contrato de concessão: · Recuperação do sistema rodoviário; · Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; · Melhorias, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, ciclovias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outras. As companhias acima são controladas da Companhia, que detém maioria do capital votante e a maioria do conselho de administração, podendo eleger o presidente, e esse tem o voto de minerva nas decisões. **3. Base de preparação: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026.

Conselho da administração

Radamés Andrade Casseb — Fernanda Bassanesi
Lucas Barbosa Rodrigues — Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro

Diretoria

José Carlos Cassaniga — *Diretor Presidente*
Enio Stein Júnior — *Diretor de Relações com Investidores* *Diretor Financeiro*

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia - *Contador CRC: MG–106304/O*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da **EPR Participações S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência dos ajustes descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, como previsto no Pronunaciamento Técnico CPC 23 – Politicas Contábeis, mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado*: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

Taxas de juros sobem e voltam a superar 14% com cenário turvo para acordo entre EUA e Irã

Os juros futuros percorreram o pregão desta quinta-feira, 26, em firme alta, impulsionados pelo ceticismo em relação a um acordo de cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã. Se, na quarta, a perspectiva de uma resolução aliviou as taxas, nesta quinta informações de que o país persa teria recusado o plano de 15 pontos proposto por Washington, aliada à subida de tom entre os dois lados do conflito, voltou a elevar a aversão ao risco.

Com o acirramento das tensões geopolíticas, o barril do petróleo tipo Brent para junho retomou o nível acima de US$ 100 e fechou em alta de 4,6%, pressionando as curvas de juros globais. No Brasil, mesmo com a expectativa de que o Copom diminua a Selic em abril, as apostas para o ciclo de relaxamento monetário seguem em reprecificação diante do caráter inflacionário do choque. No fim desta tarde, a curva futura apontava um corte total de apenas 0,75 ponto do juro este ano, para 14,25%, segundo cálculos de Flávio Serrano, economista-chefe do banco BMG.

Já o IPCA-15 de março mais salgado e o Relatório de Política Monetária (RPM), ambos publicados nesta quinta, foram ofuscados pelas incertezas sobre a guerra. No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 aumentou de 14,088% no ajuste de quarta a 14,32%. O DI para janeiro de 2029 subiu a 14,085%, vindo de 13,794% no ajuste. O DI para janeiro de 2031 avançou de 13,943% a 14,15%.

A agência iraniana Tasnim News, associada à Guarda Revolucionária Islâmica, informou que a resposta do país ao plano de cessar-fogo apresentado pelos EUA foi enviada na noite passada por intermediários. Teerã teria feito uma série de exigências, tais como o fim de "agressões e assassinatos" e pagamento de indenizações, entre outros, e aguarda retorno.

O presidente Donald Trump, por sua vez, garantiu mais cedo que é o país persa que está "implorando" por um acordo, classificando como falsas as notícias da mídia local. Depois de acalmar os mercados ao estipular uma trégua de cinco dias nos ataques ao Irã, cujo prazo se encerra nesta sexta-feira, o republicano evitou responder se a pausa será renovada.

IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

Grupo Multi S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - NIRE n.º 35.300.415.531
Código CVM n.º 02603-4 - *Companhia Aberta*
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril 2026

Grupo Multi S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2025, às 8h00, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-001, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a fixação do limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (v)** a ratificação da eleição do Sr. André Poroger como membro do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a ratificação da assinatura do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Lojas Multilaser – Comércio Varejista Ltda. pelo Grupo Multi S.A." ("Protocolo e Justificação"), que contém os termos e condições da incorporação da Multilaser – Comércio Varejista Ltda. ("Sociedade Incorporada") pela Companhia ("Incorporação"); **(vii)** a ratificação da nomeação dos peritos responsáveis ("Peritos") pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Sociedade Incorporada, no âmbito da Incorporação ("Laudo de Avaliação"); **(viii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(ix)** a aprovação da proposta de Incorporação, nos termos do Procolo e Justificação; **(x)** a aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; **(xi)** a alteração do art. 1º do Estatuto Social da Companhia, de modo a alterar a sua denominação social; **(xii)** a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia para a inclusão de atividade complementar ao seu objeto social; **(xiii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações constantes nos itens (xi) e (xii) acima, se aprovadas; e **(xiv)** a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: **(a)** no sistema eletrônico para participação a distância na plataforma "*Ten Meetings*" ("Plataforma Digital"); e **(b)** via boletins de voto a distância. A Companhia entende que a realização da Assembleia em formato digital é a alternativa mais adequada para promover a ampla participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, facilitando o acesso às discussões e deliberações da Assembleia e garantindo maior inclusão e engajamento dos acionistas. Ademais, o formato digital da Assembleia contribui para a eficiência e sustentabilidade do processo, ao reduzir custos e impactos logísticos associados a deslocamentos e estruturas físicas. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico da Assembleia (https://assembleia.ten.com.br/066318535) e realizar o seu cadastro, impreterivelmente, até **2 (dois)** dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até 22/04/2026**, manifestando seu interesse em participar da Assembleia ("Cadastro"). Após realizar o Cadastro na Plataforma Digital, o acionista receberá, no e-mail cadastrado, uma confirmação do registro enviada pela própria Plataforma Digital, contendo as informações de acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso a participação ocorra por meio de procurador ou representante, este deverá seguir o mesmo procedimento de Cadastro, selecionando o perfil "Procurador/Representante de Acionistas PJ e PF". Em seguida, deverá registrar cada acionista representado e anexar os documentos que comprovem tanto a condição de acionista quanto a regularidade da representação. Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos também até o dia **22/04/2026 (inclusive)**. Somente poderão participar da Assembleia aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador à Companhia na data da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que o acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital será exclusivo para acionistas, seus representantes legais ou procuradores devidamente credenciados. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio da Plataforma Digital, cópias dos seguintes documentos: **(i)** caso o acionista seja pessoa física, cópia simples do documento de identidade (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular); **(ii)** caso o acionista seja pessoa jurídica, cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identidade do representante; **(iii)** conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato social ou estatuto social, conforme o caso, consolidado e atualizado; e **(b)** os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista pelo administrador que **(b.i)** comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. O representante legal também deverá encaminhar documento de identidade com foto. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento e na política de voto do respectivo fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento atualizado do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado no Cadastro. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Vale mencionar que acionistas: **(a)** pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o art. 126, §1º da Lei das S.A.; e **(b)** pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM n.º RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Nesse caso, fica o acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos da presente Proposta. Login e senha individualizados de acesso serão cadastrados no próprio ato de Cadastro na Plataforma Digital, observado que a participação do acionista estará sujeita à verificação, pela Companhia, da regularidade dos documentos de representação, conforme acima informado. A Companhia ressalta que, as informações e documentos deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma Digital. Verificada a regularidade do Cadastro e validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista devidamente credenciado (ou o seu representante) receberá confirmação do seu credenciamento para participação na Assembleia no endereço de e-mail informado no preenchimento do Cadastro. Caso o acionista credenciado (ou seu representante) não receba a confirmação de participação ou tenha dificuldades ou dúvidas em relação ao Cadastro, solicita-se entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@grupomulti.com.br, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o horário marcado para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do Cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam nos boletins disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. A Companhia esclarece, por fim, que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, acionista ou acionistas titulares de no mínimo 2% do capital social com direito a voto poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (https://ri.multilaser.com.br/), e foram enviados à CVM (https://gov.br/cvm) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso à Plataforma Digital. São Paulo, 25 de março de 2026. **Alexandre Ostrowiecki,** Presidente do Conselho de Administração. (26, 27 e 28/03/2026)

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO") que será realizada, em primeira convocação, às **14:00h do dia 27 de abril de 2026**, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 25 de abril de 2026, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciarem e deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Definir o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração da Companhia; (iii) Deliberar sobre a independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia [1]; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto. Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas. A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 129 da Lei das S.A. **Instruções para Participação**: Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: **(i)** se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); **(ii)** se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; **(iii)** se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas. Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link: (https://assembleia.ten.com.br/412955338), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, ocasião em que deverão apresentar as seguintes informações: (i) nome, e-mail, telefone e número do documento de identificação do acionista, procurador ou representante legal, indicando orientação para a participação Ao Vivo do acionista ou representante e (ii) os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração. Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a) que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante. No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do último regulamento consolidado; (2) cópia da documentação que comprove os poderes do administrador ou gestor para representar o fundo em assembleias; (3) cópia da documentação referente à pessoa jurídica, na forma do parágrafo anterior, que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento; e (4) cópia de documento hábil de identidade do representante. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ("Código Penal"). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. **Boletim de Voto a Distância:** Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância ("BVD") disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Itaú Unibanco S.A., instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia [2]; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD publicados pela Companhia. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia deverá fazê-lo por meio da Plataforma Digital, acessando o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/412955338, em até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 23 de abril de 2026 (inclusive). O Acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico mencionado acima; (ii) realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, conforme explicado acima; (iii) preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmar o seu voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD e de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, **23 de abril de 2026**. **Voto Múltiplo**: Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas, por escrito, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. e do artigo 3° da Resolução da CVM n° 70, de 22 de março de 2022. Contudo, a administração da Companhia destaca a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **Instalação do Conselho Fiscal.** Ainda, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento). As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 e da Companhia (https://ri.heringer.com.br/). Paulínia, 27 de março de 2026.

Nikolay Vasilchikov - Presidente do Conselho de Administração

[1] Em cumprimento com o artigo 5º da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/1976, combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até as 14 horas do dia 25 de abril de 2026. [2] O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.

Grupo Multi S.A.

CNPJ nº 59.717.553/0001-02 - NIRE 35.300.415.531
Código CVM nº 02603-4 - *Companhia Aberta*
AVISO AOS ACIONISTAS

A **Grupo Multi S.A.** ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, informa que, nesta data, a cópia das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como os documentos e informações relacionados às demais matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação no dia 24 de abril de 2026 às 8h00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Ten Meetings*, encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sua sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-000, bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.multilaser.com.br/), e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela regulamentação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no jornal "Data Mercantil". São Paulo/SP, 25 de março de 2026. **Eduardo Ferreira Belelas dos Santos,** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (25, 26 e 27/03/2026)

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,2302 / R$ 5,2308 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,2538 / R$ 5,2558 *
Turismo - R$ 5,2697 / R$ 5,4497
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,69%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -1,45%
Pontos: 182.732
Volume financeiro: R$ 26,599 bilhões
Maiores altas: Brava ON (+5,02%), Marfrig ON (+4,20%), Petrorio ON (+2,20%)
Maiores baixas: Braskem PNA (-7,22%), Direcional ON (-5,74%), Magazine Luiza ON (-5,06%)
S&P 500 (Nova York): -1,74%
Dow Jones (Nova York): -1,01%
Nasdaq (Nova York): -2,38%
CAC 40 (Paris): -0,98%
Dax 30 (Frankfurt): -1,5%
Financial 100 (Londres): -1,33%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,27%
Hang Seng (Hong Kong): -1,89%
Shanghai Composite (Xangai): -1,09%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,32%
Merval (Buenos Aires): -1,28%
IPC (México): -1,65%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%

PUBLICIDADE LEGAL

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.510	9.089
Contas a receber	3.383	3.925
Impostos a recuperar	6	
Despesas antecipadas	85	32
	4.978	**13.052**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.670	2.599
Partes relacionadas	4.791	2.674
	9.461	**5.273**
Imobilizado	115.295	119.458
Intangível	80	83
	115.375	**119.541**
Total do ativo	**129.814**	**137.866**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.864	4.598
Passivos de arrendamento	158	158
Fornecedores	56	
IRPJ e CSLL a recolher		
Obrigações tributárias	94	280
Dividendos a pagar	971	
Partes relacionadas	1	102
Conta de ressarcimento CCEE		
Total do circulante	**6.144**	**5.138**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	66.670	74.093
Passivos de arrendamento	2.267	2.574
Total do passivo	**75.314**	**81.805**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	909	705
Reserva de lucros	2.603	2.173
Total do patrimônio líquido	**54.500**	**53.866**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**129.814**	**137.866**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Em 1º de Janeiro de 2020	52.888	307	4.370	–
Redução de capital social	(1.900)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.962
Reserva legal	–	398	–	(398)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.891)
Dividendos adicionais	–	–	(4.370)	(3.500)
Transferência entre reservas	–	–	2.173	(2.173)
Em 31 de dezembro de 2020	**50.988**	**705**	**2.173**	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.088
Reserva legal	–	204	–	(204)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(971)
Dividendos adicionais	–	–	(2.132)	(350)
Transferência entre reservas	–	–	2.563	(2.563)
Em 31 de dezembro de 2021	**50.988**	**909**	**2.603**	–

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Operações continuadas		
Receita líquida	23.571	22.874
Custos de operação	(7.046)	(6.580)
Lucro bruto	**16.525**	**16.294**
Despesas gerais e administrativas	(1.382)	(3.020)
Outras receitas	146	611
Lucro operacional	**15.289**	**13.885**
Receitas financeiras	115	98
Despesas financeiras	(10.498)	(4.916)
Despesas financeiras, líquidas	**(10.383)**	**(4.818)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.906	9.067
Imposto de renda e contribuição social	(818)	(1.105)
Lucro líquido do exercício	**4.088**	**7.962**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	8,02	15,62

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	4.088	7.962
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.088**	**7.962**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	4.906	9.067
Ajustes		
Juros e variações monetárias	9.981	4.655
Depreciação	3.974	3.974
Amortização	3	2
Baixa imobilizado	189	
Remensuração arrendamento	(280)	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	542	456
Impostos a recuperar	6	1
Adiantamento a fornecedores		29
Despesas antecipadas	(53)	132
Contas de ressarcimento – CCEE	5	(795)
Fornecedores	56	(4.339)
Obrigações tributárias	(202)	(36)
Caixa gerado pelas operações	**19.127**	**13.146**
Juros pagos	(9.220)	(2.356)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(878)	(1.105)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.029**	**9.685**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(2.071)	(29)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		2.674
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(2.218)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(4.289)**	**2.645**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		(1.000)
Redução de capital		(1.900)
Dividendos pagos	(4.374)	(9.327)
Pagamento de empréstimos	(5.937)	
Pagamento de passivo de arrendamento	(151)	(161)
Pagamento de fiança	(1.857)	(2.579)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(12.319)**	**(15.005)**
Redução de caixa e equiv. de caixa líquidos	**(7.579)**	**(2.675)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.089	11.764
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.510	9.089
Redução de caixa e equiv. de caixa líquidos	**(7.579)**	**(2.675)**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL, através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 1.399 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022.
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCooper Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.300	1.510
Contas a receber	4.161	3.383
Despesas antecipadas	110	85
	5.571	**4.978**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.425	4.670
Partes relacionadas	3.222	4.791
	7.647	**9.461**
Imobilizado	111.759	115.295
Intangível	78	80
	111.837	**115.375**
Total do ativo	**125.055**	**129.814**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.354	4.864
Passivos de arrendamento	57	158
Fornecedores	161	56
IRPJ e CSLL a recolher	255	228
Obrigações tributárias	106	94
Dividendos a pagar	–	971
Partes relacionadas	5	1
Conta de ressarcimento CCEE	–	5
	4.938	**6.377**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	61.748	66.670
Passivos de arrendamento	2.680	2.267
	64.428	**68.937**
Total do passivo	**69.366**	**75.314**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	1.430	909
Reserva de lucros	3.270	2.603
Total do patrimônio líquido	**55.689**	**54.500**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**125.055**	**129.814**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Em 1º de Janeiro de 2021	50.988	705	2.173	–	53.866
Lucro Liquido	–	–	–	4.088	4.088
Reserva legal	–	204	–	(204)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	(971)	(971)
Dividendos adicionais	–	–	(2.132)	(350)	(2.482)
Transferência entre reservas	–	–	2.563	(2.563)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**50.988**	**909**	**2.603**	**–**	**54.500**
Lucro Liquido	–	–	–	10.417	10.414
Reserva legal	–	521	–	(521)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	(2.473)	(2.473)
Dividendos adicionais	–	–	–	(6.756)	(6.756)
Transferência entre reservas	–	–	666	(666)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**50.988**	**1.429**	**2.603**	**–**	**55.685**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Operações continuadas		
Receita líquida	25.788	23.571
Custos de operação	(7.399)	(7.046)
Lucro bruto	**18.389**	**16.525**
Despesas gerais e administrativas	(1.550)	(1.382)
Outras Receitas	104	146
Lucro Operacional	**16.943**	**15.289**
Receitas financeiras	607	115
Despesas financeiras	(6.096)	(10.498)
Resultado financeiro, liquido	**(5.489)**	**(10.383)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**11.454**	**4.906**
Imposto de renda e contribuição social	(1.037)	(818)
Lucro do exercício	**10.417**	**4.088**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.417	4.088
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**10.417**	**4.088**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.451	4.906
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	6.021	9.981
Depreciação	3.940	3.974
Amortização	3	3
Baixa de Imobilizado	27	89
Remensuração arrendamento	–	(280)
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(778)	542
Impostos a recuperar	–	6
Despesas antecipadas	(26)	(53)
Contas de ressarcimento – CCEE	(5)	5
Fornecedores	105	56
Obrigações tributárias	(66)	(202)
Outras Obrigações	(11)	–
Caixa gerado pelas operações	**20.663**	**19.127**
Juros pagos	(6.864)	(9.220)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(932)	(878)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.867**	**9.029**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	245	(2.071)
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	1.573	(2.218)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(57)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**1.761**	**(4.289)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos Pagos	(10.200)	(4.374)
Pagamento de Emprestimos	(4.558)	(5.937)
Pagamento de passivo de arrendamento	(52)	(151)
Pagamento de fiança	(30)	(1.857)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(14.840)**	**(12.319)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(211)**	**(7.579)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.510	9.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.300**	**1.510**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(211)**	**(7.579)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.607	1.300
Contas a receber	4.411	4.161
Despesas antecipadas	118	111
	7.136	**5.571**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	4.115	4.425
Partes relacionadas	3.546	3.222
	7.661	**7.647**
Imobilizado	108.301	111.759
Intangível	74	77
	108.375	**111.837**
Total do ativo	**123.172**	**125.055**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.292	4.354
Passivos de arrendamento	67	57
Fornecedores	181	161
IRPJ e CSLL a recolher	253	255
Obrigações tributárias	114	106
Partes relacionadas	40	5
	4.947	**4.938**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	57.463	61.748
Passivos de arrendamento	2.859	2.680
	60.322	**64.428**
Total do passivo	**65.269**	**69.366**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	2.119	1.430
Lucros acumulados	4.796	3.270
Total do patrimônio líquido	**57.903**	**55.689**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**123.172**	**125.055**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**50.988**	**909**	**2.604**	**54.500**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.417
Reserva legal	–	521	(521)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(2.473)	(2.473)
Dividendos adicionais	–	–	(6.756)	(6.756)
Transferência entre reservas	–	–	666	–
Em 31 de dezembro de 2022	**50.988**	**1.430**	**3.270**	**55.689**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.785
Reserva legal	–	689	(689)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.274)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	(3.270)	(3.270)
Dividendos adicionais	–	–	–	(5.026)
Transferências entre reservas	–	–	4.796	–
Em 31 de dezembro de 2023	**50.988**	**2.119**	**4.796**	**57.903**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	27.975	25.788
Custos de operação	(7.685)	(7.399)
Lucro bruto	**20.290**	**18.389**
Despesas gerais e administrativas	(1.396)	(1.550)
Outras Receitas Operacionais, líquidas	18	104
Lucro Operacional	**18.912**	**16.943**
Receitas financeiras	912	607
Despesas financeiras	(4.848)	(6.096)
Resultado financeiro, líquido	**(3.936)**	**(5.489)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**14.976**	**11.454**
Imposto de renda e contribuição social	(1.191)	(1.037)
Lucro líquido do exercício	**13.785**	**10.417**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,27	0,18

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**13.785**	**10.417**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**13.785**	**10.417**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.976**	**11.454**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	3.817	6.021
Depreciação	4.081	3.940
Amortização	3	3
Baixa de Imobilizado		27
Remensuração arrendamento	247	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(250)	(778)
Despesas antecipadas	(8)	(26)
Contas de ressarcimento – CCEE		(5)
Fornecedores	19	105
Obrigações tributárias	(149)	(66)
Outras obrigações		(11)
Caixa gerado pelas operações	**22.737**	**20.663**
Juros pagos		(6.864)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.036)	(932)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**21.702**	**12.867**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	1.222	245
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(289)	1.573
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(623)	(57)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	**310**	**1.761**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		
Redução de capital		
Dividendos Pagos	(11.570)	(10.200)
Pagamento de empréstimos	(9.076)	(4.558)
Pagamento de passivo de arrendamento	(198)	(52)
Pagamento de fiança	–	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(20.704)**	**(14.840)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.307**	**(211)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.300	1.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.607	1.300
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.307**	**(211)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

(a) Capital circulante líquido: Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.881.499/0001-99

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.444	2.607
Contas a receber	4.980	4.411
Despesas antecipadas	444	118
Outros Impostos	3	–
	8.871	**7.136**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	3.830	4.115
Partes relacionadas	3.413	3.546
	7.243	**7.661**
Imobilizado	104.656	108.301
Intangível	72	74
	104.728	**108.375**
Total do ativo	**120.842**	**123.172**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.514	4.292
Passivos de arrendamento	73	67
Fornecedores	450	181
IRPJ e CSLL a recolher	291	253
Obrigações tributárias	116	114
Partes relacionadas	–	40
Outras obrigações	3	–
	5.447	**4.947**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	52.987	57.463
Passivos de arrendamento	3.041	2.859
	56.028	**60.322**
Total do passivo	**61.475**	**65.269**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.988	50.988
Reserva legal	2.897	2.119
Reserva de lucros	5.482	4.796
Total do patrimônio líquido	**59.367**	**57.903**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**120.842**	**123.172**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	**50.988**	**1.430**	**3.270**	**–**	**55.688**
Lucro Líquido	–	–	–	13.785	13.785
Reserva legal	–	689	–	(689)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.274)	(3.274)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	–	(5.026)	(5.026)
Dividendos adicionais	–	–	(3.270)	–	(3.270)
Transferência entre reservas	–	–	4.796	(4.796)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**50.988**	**2.119**	**4.796**	**–**	**57.903**
Lucro Líquido	–	–	–	15.564	15.564
Reserva legal	–	778	–	(778)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.696)	(3.696)
Dividendos pagos referente anos anteriores	–	–	(4.796)		(4.796)
Dividendos adicionais	–	–	–	(5.608)	(5.608)
Transferência entre reservas	–	–	5.482	(5.482)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**50.988**	**2.897**	**5.482**	**–**	**59.367**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017, registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15/04/2025.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – *"Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *"Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024 – (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Operações continuadas		
Receita líquida	29.530	27.975
Custos de operação	(7.583)	(7.685)
Lucro bruto	21.947	20.290
Despesas gerais e administrativas	(1.463)	(1.396)
Outras Receitas	14	18
Lucro Operacional	20.498	18.912
Receitas financeiras	766	912
Despesas financeiras	(4.519)	(4.848)
Despesas financeiras, liquidas	**(3.753)**	**(3.936)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**16.745**	**14.976**
Imposto de renda e contribuição social	**(1.181)**	**(1.191)**
Lucro do exercício	**15.564**	**13.785**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	0.31	0.27

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro do exercício	15.564	13.785
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**15.564**	**13.785**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.745	14.976
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	4.482	3.817
Depreciação	3.970	4.081
Amortização	3	3
Remensuração arrendamento	(20)	247
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(569)	(250)
Despesas antecipadas	(326)	(8)
Outros Impostos	(3)	–
Fornecedores	269	19
Obrigações tributárias	(122)	(149)
Outras obrigações	3	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**24.432**	**22.737**
Juros pagos	(4.039)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.018)	(1.036)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**19.375**	**21.702**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	285	1.222
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	93	(289)
Aquisições/baixas de bens do ativo imobilizado	(51)	(623)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**327**	**310**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos Redução de capital		
Dividendos Pagos	(14.100)	(11.570)
Pagamento de Empréstimos	(4.558)	(9.076)
Pagamento de passivo de arrendamento	(207)	(198)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(18.865)**	**(20.704)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	837	1.307
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.607	1.300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.444	2.607
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**837**	**1.307**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (*Em milhares de reais*)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.411	8.469
Contas a receber	3.507	3.486
Impostos a recuperar	10	27
Adiantamentos a fornecedores	–	590
Despesas antecipadas	1.269	1.450
	9.197	14.022
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	2.376	2.306
Depósito judicial	412	197
	2.788	2.503
Imobilizado	136.140	140.075
Total do ativo	**148.125**	**156.600**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	6.159	4.492
Passivos de arrendamento		339
Fornecedores	102	3
Salários e encargos sociais	6	6
IRPJ e CSLL a recolher	238	273
Obrigações tributárias	98	256
Dividendos mínimos obrigatórios	57	1.117
Partes relacionadas	2	102
	6.662	6.588
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	78.534	85.073
Passivos de arrendamento	4.667	4.248
Total do passivo	**89.863**	**95.909**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	247	235
Reserva de lucros	911	3.352
Total do patrimônio líquido	**58.262**	**60.691**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**148.125**	**156.600**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (*Em milhares de reais*)

	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2020	**55.000**	**104**	**–**	**–**	**–**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	2.000	–	2.000
Aumento de capital	2.104	–	(2.104)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	235	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Transferência entre reservas	–	–	–	3.301	–
Em 31 de dezembro de 2020	**57.104**	**235**	**–**	**3.301**	**60.691**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	239
Reserva legal	–	12	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Dividendos adicionais	–	–	–	(2.668)	(2.668)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2021	**57.104**	**247**		**9.011**	**58.262**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 13). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2021	2020
Receita líquida	20.383	19.455
Custos de operação	(7.522)	(5.707)
Lucro bruto	**12.861**	**13.748**
Despesas gerais e administrativas	(1.889)	(4.185)
Outras receitas operacionais, líquidas	220	971
Lucro operacional	**11.192**	**10.534**
Receitas financeiras	220	103
Despesas financeiras	(10.470)	(4.572)
Despesas financeiras, líquidas	**(10.250)**	**(4.469)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**942**	**6.065**
Imposto de renda e contribuição social	(703)	(1.038)
Lucro líquido do exercício	**239**	**5.027**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	0,4187	0,0137

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	239	5.027
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	231	5.027

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	942	6.065
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	3.987	4.233
Juros e variações monetárias	10.605	4.108
Reversão arrendamento períodos anteriores	80	208
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(21)	(1.125)
Impostos a recuperar	17	–
Despesas antecipadas	181	221
Adiantamento a fornecedores	590	(455)
Outros ativos	(215)	(197)
Fornecedores	99	(12.164)
Salários e encargos sociais	(2)	–
Obrigações tributárias	(174)	221
Conta de Ressarcimento – CCEE	–	(1.324)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**16.091**	**(211)**
Juros pagos	(10.064)	(2.379)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(722)	(1.038)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**5.305**	**(3.628)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(70)	(122)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(52)	(4.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(122)**	**(4.560)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	2.000
Recursos provenientes de partes relacionadas	(100)	(84)
Devolução de empréstimos	–	(197)
Pagamento de arrendamento	(224)	–
Passivo de arrendamento	–	3.911
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.722)	–
Pagamento de fiança	(1.494)	(2.652)
Dividendos pagos	(3.728)	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(9.241)	2.951
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(4.057)**	**(5.054)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.469	13.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.411	8.469
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**4.057**	**5.054**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021 (Reapresentado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.187	4.411
Contas a receber	2.654	3.507
Impostos a recuperar	11	10
Despesas antecipadas	112	88
	5.964	**8.016**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	3.124	2.376
Depósito judicial	412	412
Partes relacionadas	2.316	–
	5.852	**2.788**
Imobilizado	132.914	137.321
Total do ativo	**144.730**	**148.125**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	3.944	6.159
Fornecedores	302	102
Salários e encargos sociais	12	6
IRPJ e CSLL a recolher	223	238
Obrigações tributárias	122	98
Dividendos a pagar	1.164	57
Partes relacionadas	34	2
	5.801	**6.662**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	72.446	78.534
Passivos de arrendamento	4.667	4.667
	77.113	**83.201**
Total do passivo	**82.914**	**89.863**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	480	247
Reserva de lucros	4.232	911
Total do patrimônio líquido	**61.816**	**58.262**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**144.730**	**148.125**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro 2021	57.104	235	3.352		60.691
Lucro líquido do exercício				239	239
Reserva legal		12		(12)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(57)	(57)
Dividendos adicionais			(2.611)		(2.611)
Aumento da reserva de lucro			170	(170)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**57.104**	**247**	**911**		**58.262**
Lucro líquido do exercício				4.661	4.661
Reserva legal		233		(233)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(1.107)	(1.107)
Aumento da reserva de lucro			3.321	(3.321)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**57.104**	**480**	**4.232**		**61.816**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2022	2021
Receita líquida	22.165	20.383
Custos de operação	(8.194)	(7.522)
Lucro bruto	**13.971**	**12.861**
Despesas gerais e administrativas	(2.082)	(1.889)
Lucro operacional	**11.889**	**11.192**
Receitas financeiras	402	220
Despesas financeiras	(6.809)	(10.470)
Despesas financeiras, líquidas	**(6.407)**	**(10.250)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição	**5.482**	**942**
Imposto de renda e contribuição social	(821)	(703)
Lucro líquido do exercício	**4.661**	**239**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,8162**	**0,4187**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.661	239
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**4.661**	**239**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.482	942
Ajustes de		
Depreciação e amortização	4.227	3.987
Juros e variações monetárias	6.718	10.605
Reversão arrendamento períodos anteriores	–	80
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	854	(21)
Impostos a recuperar	–	17
Despesas antecipadas	2.111	181
Adiantamento a fornecedores	–	590
Outros ativos	–	(215)
Fornecedores	200	99
Salários e encargos sociais	6	–
Obrigações tributárias	(32)	(174)
Outras Obrigações	1	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**19.566**	**16.091**
Juros pagos	(7.623)	(10.064)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(780)	(722)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**11.163**	**5.305**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(748)	(70)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.957)	(52)
Empréstimos com pessoas ligadas	(2.285)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4.990)**	**(122)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.703)	(3.919)
Pagamento de fiança	(1.694)	(1.494)
Dividendos pagos		(3.728)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(7.397)**	**(9.241)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(1.224)**	**(4.057)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.411	8.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.187	4.411
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.224**	**4.057**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023. **a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **1.1 Reapresentação das cifras comparativas: (a) Reclassificação do direito de uso de arrendamento:** Em 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificação do saldo de arrendamentos classificados anteriormente como despesa antecipada no montante de R$1.181. A referida correção afetou o ativo não circulante de 31 de dezembro de 2021 nesse mesmo valor. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

		31 de dezembro de 2021		
Balanço Patrimonial	**Referência**	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Ativo				
Circulante	Nota 2.1. (a)	9.197	-1.181	8.016
Não circulante	Nota 2.1. (a)	138.928	1.181	140.109
Total do ativo		**148.125**	**–**	**148.125**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante		6.662		6.662
Não circulante		83.201		83.201
Patrimônio líquido		58.262		58.262
Total do passivo e patrimônio líquido		**148.125**		**148.125**

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: (i) **IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos"** – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) **IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"** – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) **IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos"** – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.374	3.187
Contas a receber	2.792	2.654
Impostos a recuperar	53	11
Despesas antecipadas	124	112
	7.343	**5.964**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	5.572	3.124
Depósito Judicial	974	412
Partes relacionadas	103	2.316
	6.649	**5.852**
Imobilizado	128.776	132.914
Total não circulante	**135.425**	**138.766**
Total do ativo	**142.768**	**144.730**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.078	3.944
Fornecedores	433	302
Salários e encargos sociais	34	12
IRPJ e CSLL a recolher	229	223
Obrigações tributárias	107	122
Dividendos mínimos obrigatórios	65	1.164
Partes relacionadas	21	34
	4.967	**5.801**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	67.626	72.446
Passivos de arrendamento	4.667	4.667
	72.293	**77.113**
Total do passivo	**77.260**	**82.914**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	915	480
Reserva de lucros	7.489	4.232
Total do patrimônio líquido	**65.508**	**61.816**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**142.768**	**144.730**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1 de Janeiro de 2022	**57.104**	**247**	**911**	–	**58.262**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	4.661	4.661
Reserva Legal	–	233	–	(233)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.107)	(1.107)
Transferência entre reservas	–	–	3.321	(3.321)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**57.104**	**480**	**4.232**	–	**61.816**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	8.693	8.693
Reserva Legal	–	435	–	(435)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.065)	(2.065)
Dividendos distribuídos referente ano anterior	–	–	(2.936)	–	(2.936)
Transferência entre reservas	–	–	6.193	(6.193)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**57.104**	**915**	**7.489**	–	**65.508**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	24.233	22.165
Custos de operação	(8.198)	(8.194)
Lucro bruto	**16.035**	**13.971**
Despesas gerais e administrativas	(1.892)	(2.082)
Lucro operacional	**14.143**	**11.889**
Receitas financeiras	738	402
Despesas financeiras	(5.186)	(6.809)
Despesas financeiras, líquidas	**(4.448)**	**(6.407)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**9.695**	**5.482**
Imposto de renda e contribuição social	(1.002)	(821)
Lucro líquido do exercício	**8.693**	**4.661**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,15	0,08

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**8.693**	**4.661**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**8.693**	**4.661**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**9.695**	**5.482**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	4.748	6.718
Juros e variações monetárias sobre fiança	374	
Depreciação e amortização	4.461	4.227
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(139)	854
Impostos a recuperar	(43)	
Despesas antecipadas	(11)	2.111
Outros ativos	(562)	
Fornecedores	130	200
Obrigações trabalhistas	1	6
Obrigações tributárias	(118)	(32)
Outras Obrigações		1
Caixa gerado pelas operações	**18.536**	**19.566**
Juros pagos	(4.946)	(7.623)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(871)	(780)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.719**	**11.163**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	(2.448)	(748)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(323)	(1.957)
Empréstimos com pessoas ligadas	2.201	(2.285)
Caixa liquido gerado pelas atividades de investimentos	**(570)**	**(4.990)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.289)	(5.703)
Pagamento de fiança	(573)	(1.694)
Dividendos pagos	(6.100)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(10.962)**	**(7.397)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.187**	**(1.224)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.187**	**4.411**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.374**	**3.187**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.302	4.374
Contas a receber	3.342	2.792
Impostos a recuperar	55	53
Despesas antecipadas	493	124
Outros Créditos	14	–
	6.206	**7.343**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.778	5.572
Deposito Judicial	1.228	974
Partes relacionadas	246	103
Imobilizado	125.152	128.776
	131.404	**135.425**
Total do ativo	**137.610**	**142.768**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.919	4.078
Fornecedores	705	433
Salários e encargos sociais	46	34
IRPJ e CSLL a recolher	266	229
Obrigações tributárias	127	107
Dividendos minimos obrigatórios	–	65
Partes relacionadas	4	21
	6.067	**4.967**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	62.744	67.626
Passivos de arrendamento	5.173	4.667
	67.917	**72.293**
Total do passivo	**73.984**	**77.260**
Patrimônio líquido		
Capital social	57.104	57.104
Reserva legal	1.425	915
Reserva de lucros	5.097	7.489
Total do patrimônio líquido	**63.626**	**65.508**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**137.610**	**142.768**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1 de Janeiro de 2023	**57.104**	**480**	**4.232**	**–**	**61.816**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	8.693	8.693
Reserva Legal	–	435	–	(435)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.065)	(2.065)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(2.936)	–	(2.936)
Transferência entre reservas	–	–	6.193	(6.193)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**57.104**	**915**	**7.489**	**–**	**65.508**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	10.207	10.207
Reserva Legal	–	510	–	(510)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.424)	(2.424)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(7.489)	–	(7.489)
Pagamento Dividendos adicionais	–	–	–	(2.176)	(2.176)
Transferência entre reservas	–	–	5.097	(5.097)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**57.104**	**1.425**	**5.097**	**–**	**63.626**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita líquida	25.895	24.233
Custos de operação	(8.485)	(8.198)
Lucro bruto	**17.410**	**16.035**
Despesas gerais e administrativas	(1.961)	(1.892)
Lucro Operacional	**15.449**	**14.143**
Receitas financeiras	798	738
Despesas financeiras	(4.965)	(5.186)
Receitas (despesas) financeiras, liquidas	**(4.167)**	**(4.448)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**11.282**	**9.695**
Imposto de renda e contribuição social	(1.075)	(1.002)
Lucro do exercício	**10.207**	**8.693**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	0,18	0,15

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro do exercício	10.207	8.693
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**10.207**	**8.693**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.282**	**9.695**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	4.526	4.748
Juros e variações monetárias sobre fiança	384	374
Depreciação e amortização	4.502	4.461
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(550)	(139)
Impostos a recuperar	(2)	(43)
Despesas antecipadas	(369)	(11)
Outros ativos	(268)	(562)
Fornecedores	272	130
Obrigações trabalhistas	12	1
Obrigações tributárias	(114)	(118)
Caixa gerado pelas operações	**19.675**	**18.536**
Juros pagos	(4.616)	(4.946)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(905)	(871)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.154**	**12.719**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicacao financeira restrita	794	(2.448)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(372)	(323)
Empréstimos com pessoas ligadas	(160)	2.201
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**262**	**(570)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de emprestimos e financiamentos	(4.334)	(4.289)
Pagamento de fiança	–	(573)
Dividendos pagos	(12.154)	(6.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(16.488)**	**(10.962)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(2.072)	1.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.374	3.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.302	4.374

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15/04/2025.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – *"Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *"Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS),que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151	6.337
Contas a receber	3.441	3.822
Adiantamentos a fornecedores	9	
Despesas antecipadas	86	34
	3.687	**10.193**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	5.808	3.052
	5.808	**3.052**
Imobilizado	130.893	135.624
Intangível	80	83
	130.973	**135.707**
Total do ativo	**140.468**	**148.952**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Empréstimos e financiamento	5.802	5.469
Passivos de arrendamento	158	158
Fornecedores	2	3
Salários e encargos sociais	46	35
IRPJ e CSLL a recolher	216	315
Obrigações tributárias	86	258
Dividendos	436	1.213
Partes relacionadas	26	102
Outras contas a pagar		41
	6.772	**7.594**
Não circulante		
Empréstimos e financiamento	79.636	88.425
Passivos de arrendamento	2.267	2.575
Partes relacionadas	4.791	2.674
Total do passivo	**93.466**	**101.268**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	619	527
Lucros acumulados	1.165	1.939
Total do patrimônio líquido	**47.002**	**47.684**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**140.468**	**148.952**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros (lucros acumulados)	Total
Em 1º de janeiro de 2020	**45.218**	**272**	**3.866**	**49.356**
Lucro líquido do exercício	–	–	5.108	5.108
Reserva legal	–	255	–	255
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–
Dividendos adicionais	–	–	(3.866)	(3.866)
Transferência entre reservas	–	–	1.939	1.939
Em 31 de dezembro de 2020	**45.218**	**527**	**1.939**	**47.684**
Lucro líquido do exercício	–	–	1.837	1.837
Reserva legal	–	92	–	92
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(2.083)	(2.083)
Transferência entre reservas	–	–	1.309	1.309
Em 31 de dezembro de 2021	**45.218**	**619**	**1.165**	**47.002**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Operações continuadas		
Receita líquida	23.486	22.311
Custos de operação	(7.434)	(7.201)
Lucro bruto	**16.052**	**15.110**
Despesas gerais e administrativas	(1.339)	(3.488)
Outras receitas operacionais, líquidas	12	37
Lucro operacional	**14.725**	**11.659**
Receitas financeiras	122	94
Despesas financeiras	(12.241)	(5.730)
Despesas financeiras, líquidas	**(12.119)**	**(5.636)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**2.606**	**6.023**
Imposto de renda e contribuição social	(769)	(915)
Lucro líquido do exercício	**1.837**	**5.108**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	4,06	11,30

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.837	5.108
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**1.837**	**5.108**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.606	6.023
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	11.728	5.255
Depreciação	4.508	4.507
Amortização	3	2
Remensuração arrendamento	(281)	
Baixa de imobilizado	231	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	381	857
Adiantamento a fornecedores	(9)	113
Despesas antecipadas	(52)	(34)
Contas de ressarcimento – CCEE		(549)
Fornecedores	(1)	(6.230)
Salários e encargos sociais	11	24
Obrigações tributárias	(186)	(313)
Outras obrigações	(41)	
Caixa gerado pelas operações	**18.898**	**9.655**
Juros pagos	(10.857)	(2.771)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(854)	(915)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.187**	**5.969**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(2.756)	(33)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(8)
Empréstimos com pessoas ligadas	2.041	(5.386)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(723)**	**(5.419)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3.296)	(6.856)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.968)	
Contratos de fiança	(2.235)	(2.696)
Pagamento de arrendamentos	(151)	(161)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(12.650)**	**(9.713)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(6.186)	(9.162)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.337	12.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	151	6.337

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 3.085 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 10). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.052	151
Contas a receber	4.043	3.441
Adiantamentos a fornecedores	–	9
Despesas antecipadas	114	86
	5.209	**3.687**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	5.272	5.808
	5.272	**5.808**
Imobilizado	126.797	130.893
Intangível	77	80
	126.874	**130.973**
Total do ativo	**137.355**	**140.468**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.970	5.802
Passivos de arrendamento	57	158
Fornecedores	115	2
Salários e encargos sociais	71	46
IRPJ e CSLL a recolher	251	216
Obrigações tributárias	103	86
Dividendos	6	436
Partes relacionadas	33	26
	5.605	**6.772**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	74.193	79.636
Passivos de arrendamento	2.680	2.267
Partes relacionadas	4.472	4.791
	81.345	**86.694**
Total do passivo	**86.950**	**93.466**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	1.048	619
Lucros acumulados	4.139	1.165
Total do patrimônio líquido	**50.405**	**47.002**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**137.355**	**140.468**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2021	45.218	527	1.939	–	47.684
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.837	1.837
Reserva legal	–	92	–	(92)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(436)	(436)
Dividendos adicionais	–	–	(2.083)	(0)	(2.083)
Transferência entre reservas	–	–	1.309	(1.309)	
Em 31 de dezembro de 2021	**45.218**	**619**	**1.165**	**–**	**47.002**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.574	8.574
Reserva legal	–	429	–	(429)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.036)	(2.036)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(1.165)	–	(1.165)
Transferência entre reservas	–	–	4.139	(4.139)	–
Dividendos Adicionais	–	–	(1.970)	–	(1.970)
Em 31 de dezembro de 2022	**45.218**	**1.048**	**4.139**	**–**	**50.405**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Operações continuadas		
Receita líquida	25.725	23.486
Custos de operação	(8.048)	(7.434)
Lucro bruto	**17.677**	**16.052**
Despesas gerais e administrativas	(1.397)	(1.339)
Outras receitas operacionais, líquidas	(2)	12
Lucro operacional	**16.278**	**14.726**
Receitas financeiras	764	122
Despesas financeiras	(7.417)	(12.241)
Despesas financeiras, líquidas	**(6.653)**	**(12.119)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**9.625**	**2.607**
Imposto de renda e contribuição social	(1.052)	(769)
Lucro líquido do exercício	**8.574**	**1.838**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**18,96**	**4,06**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.574	1.838
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**8.574**	**1.838**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.625	2.607
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	7.343	11.728
Depreciação	4.472	4.508
Amortização	3	3
Remensuração arrendamento	(281)	
Baixa de Imobilizado	–	231
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(602)	381
Adiantamento a fornecedores	9	(9)
Despesas antecipadas	(28)	(52)
Fornecedores	113	(1)
Salários e encargos sociais	25	11
Obrigações tributárias	(80)	(186)
Outras obrigações	(11)	(41)
Caixa gerado pelas operações	**20.869**	**18.898**
Juros pagos	(8.153)	(10.857)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(920)	(854)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**11.796**	**7.187**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	536	(2.756)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	(8)
Empréstimos com pessoas ligadas	(312)	2.041
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**224**	**(723)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(5.602)	(3.296)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.435)	(6.968)
Contratos de fiança	(30)	(2.235)
Pagamento de arrendamentos	(52)	(151)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(11.119)**	**(12.650)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**901**	**(6.186)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151	6.337
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.052**	**151**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 396 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.845	1.052
Contas a receber	4.184	4.043
Partes relacionadas	122	–
Despesas antecipadas	129	114
	6.280	5.209
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.929	5.272
	4.929	5.272
Imobilizado	**122.555**	**126.797**
Intangível	74	77
Total do ativo não circulante	**127.558**	**132.146**
Total do ativo	**133.838**	**137.355**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.970	4.970
Passivos de arrendamento	67	57
Fornecedores	137	114
Salários e encargos sociais	75	71
IRPJ e CSLL a recolher	243	251
Obrigações tributárias	118	103
Dividendos	–	6
Partes relacionadas	16	33
Outras contas a pagar	2	–
	5.628	**5.605**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	68.987	74.193
Passivos de arrendamento	2.859	2.680
Partes Relacionadas	3.447	4.472
	75.293	**81.345**
Total do passivo	**80.921**	**86.950**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	1.655	1.048
Reserva de lucros	6.044	4.139
Total do patrimônio líquido	**52.917**	**50.405**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**133.838**	**137.355**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**45.218**	**619**	**1.165**		**47.002**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	8.574	8.574
Reserva legal	–	429	–	(429)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.036)	(2.036)
Dividendos adicionais de anos anteriores	–	–	(1.165)	–	(1.165)
Transferência entre reservas	–	–	4.139	(4.139)	–
Dividendos adicionais	–	–		(1.970)	(1.970)
Em 31 de dezembro de 2022	**45.218**	**1.048**	**4.139**		**50.405**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	12.151	12.151
Reserva legal	–	607	–	(607)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.886)	(2.886)
Dividendos adicionais	–	–	(4.139)	–	(4.139)
Pagamento de Dividendos adicionais	–	–		(2.614)	(2.614)
Transferência entre reservas	–	–	6.044	(6.044)	
Em 31 de dezembro de 2023	**45.218**	**1.655**	**6.044**	**–**	**52.917**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Operações continuadas		
Receita líquida	27.634	25.725
Custos de operação	(8.065)	(8.048)
Lucro bruto	**19.569**	**17.677**
Despesas gerais e administrativas	(1.430)	(1.397)
Outras Receitas Operacionais, líquidas		(2)
Lucro operacional	**18.139**	**16.278**
Receitas financeiras	922	764
Despesas financeiras	(5.729)	(7.417)
Despesas financeiras, líquidas	**(4.807)**	**(6.653)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**13.332**	**9.625**
Imposto de renda e contribuição social	(1.181)	(1.052)
Lucro líquido do exercício	**12.151**	**8.573**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,27	0,14

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**12.151**	**8.573**
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	**12.151**	**8.573**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**13.332**	**9.625**
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	4.688	7.343
Depreciação	4.607	4.472
Amortização	3	3
Remensuração arrendamento	247	
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(142)	(602)
Adiantamento a fornecedores		9
Despesas antecipadas	(14)	(28)
Fornecedores	22	113
Salários e encargos sociais	3	25
Obrigações tributárias	(141)	(80)
Outras obrigações	1	(11)
Caixa gerado pelas operações	**22.606**	**20.869**
Juros pagos		(8.153)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.031)	(920)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**21.575**	**11.796**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	1.265	536
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(365)	–
Empréstimos com pessoas ligadas	(1.164)	(312)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**(265)**	**224**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(9.645)	(5.602)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(510.675)	(5.435)
Contratos de fiança		(30)
Pagamento de arrendamentos	(198)	(52)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(20.518)**	**(11.119)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**793**	**901**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.052**	**151**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.845**	**1.052**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**793**	**901**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 2.253 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportações a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/F-6
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.350	1.845
Contas a receber	4.891	4.184
Partes relacionadas	111	122
Despesas antecipadas	503	129
Outros créditos	8	–
	8.863	**6.280**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	4.572	4.929
	4.572	4.929
Imobilizado	118.374	122.555
Intangível	72	74
	118.446	**127.558**
Total do ativo	**131.881**	**133.838**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	5.118	4.970
Passivos de arrendamento	73	67
Fornecedores	481	137
Salários e encargos sociais	80	75
IRPJ e CSLL a recolher	282	243
Obrigações tributárias	126	118
Partes relacionadas	–	16
Outras contas a pagar	3	2
	6.163	**5.628**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	63.744	68.987
Passivos de arrendamento	3.034	2.859
Partes Relacionadas	3.253	3.447
	70.031	75.293
Total do passivo	**76.194**	**80.921**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	2.346	1.655
Reserva de lucros	8.123	6.044
Total do patrimônio líquido	**55.687**	**52.917**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**131.881**	**133.838**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	**45.218**	**1.048**	**4.139**	**–**	**50.405**
Lucro Líquido	–	–	–	12.151	12.151
Reserva legal	–	607	–	(607)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.886)	(2.886)
Dividendos adicionais	–	–	(4.139)	–	(4.139)
Pagamento de Dividendos adicionais	–	–	–	(2.614)	(2.614)
Transferência entre reservas	–	–	6.044	(6.044)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**45.218**	**1.655**	**6.044**	**–**	**52.917**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	13.814	13.814
Reserva legal	–	691	–	(691)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.281)	(3.281)
Pagamento de Dividendos anos anteriores	–	–	(6.044)	–	(6.044)
Pagamento Dividendos adicionais	–	–	–	(1.719)	(1.719)
Transferência entre reservas	–	–	8.123	(8.123)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**45.218**	**2.346**	**8.123**	**–**	**55.687**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita líquida	29.355	27.634
Custos de operação	(8.284)	(8.065)
Lucro bruto	**21.071**	**19.569**
Despesas gerais e administrativas	(1.512)	(1.430)
Lucro operacional	**19.559**	**18.139**
Receitas financeiras	780	922
Despesas financeiras	(5.345)	(5.729)
Despesas financeiras, líquidas	**(4.565)**	**(4.807)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**14.994**	**13.332**
Imposto de renda e contribuição social	(1.180)	(1.181)
Lucro do exercício	**13.814**	**12.151**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,31**	**0,27**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	13.814	12.151
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	13.814	12.151

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.994	13.332
Ajustes de		
Juros e variações monetárias	5.316	4.688
Depreciação	4.483	4.607
Amortização	2	3
Remensuração arrendamento	(20)	247
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(707)	(142)
Outros créditos	(8)	–
Despesas antecipadas	(374)	(14)
Fornecedores	344	22
Salários e encargos sociais	5	3
Obrigações tributárias	(119)	(141)
Outras obrigações	1	1
Empréstimos com pessoas ligadas	(199)	(1.164)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**23.718**	**21.442**
Juros pagos	(4.835)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.015)	(1.031)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**17.868**	**20.411**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira restrita	357	1.265
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(35)	(365)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	322	900
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(11.044)	(9.645)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.435)	(510.675)
Pagamento de arrendamentos	(206)	(198)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(16.685)**	**(20.518)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.505**	**793**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.845	1.052
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.350	1.845

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15 de abril de 2025. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024: • Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerindo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil económica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 – Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE:** A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(iii) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implicita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.742	11.944
Contas a receber	3.337	2.521
Impostos a recuperar	1	
Adiantamentos a fornecedores	4	82
Despesas antecipadas	97	34
Outros ativos	–	46
	6.181	**14.627**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	3.125	3.009
Outros créditos	517	1
	3.642	**3.010**
Imobilizado	149.231	154.263
	152.873	**157.273**
Total do ativo	**159.054**	**171.900**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	254	7.479
Empréstimos e financiamentos	8.048	5.619
Salários e encargos	68	50
IRPJ e CSLL a recolher	274	806
Obrigações tributárias	103	660
Passivos de arrendamento	74	263
Conta de ressarcimento – CCEE	599	946
Partes relacionadas	27	102
Outras contas a pagar	–	–
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.917	3.737
Empréstimos e financiamentos	89.584	99.108
Total do passivo	**102.948**	**118.770**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Prejuízos acumulados	(349)	(2.841)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**159.054**	**171.900**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	50.977	–	(4.039)	46.938
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	5.500	–	5.500
Aumento de capital	5.500	(5.500)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	1.198	1.198
Em 31 de dezembro de 2020	**56.477**	**–**	**(2.841)**	**53.636**
Lucro líquido do exercício	–	–	2.492	2.492
Em 31 de dezembro de 2021	**56.477**	**–**	**(349)**	**56.128**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2021	2020
Receita líquida	25.775	21.614
Custos de operação	(7.941)	(7.180)
Lucro bruto	**17.834**	**14.434**
Despesas gerais e administrativas	(2.422)	(6.426)
Outras receitas operacionais, líquidas	510	91
Lucro operacional	**15.922**	**8.099**
Receitas financeiras	401	130
Despesas financeiras	(12.891)	(6.225)
Despesas financeiras, líquidas	**(12.490)**	**(6.095)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.432	2.004
Imposto de renda e contribuição social	(940)	(806)
Lucro líquido do exercício	**2.492**	**1.198**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	4,41	2,12

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.492	1.198
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**2.492**	**1.198**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.448	2.004
Ajustes de:		
Juros e variações monetárias	12.481	5.420
Depreciação e amortização	4.947	4.637
Despesas financeiras com arrendamento	228	157
Baixa de imobilizado	90	–
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber	(816)	(59)
Adiantamento a fornecedores	78	305
Despesas antecipadas	(63)	87
Impostos a Recuperar	(1)	–
Outros ativos	(471)	1
Fornecedores	(7.225)	(19.811)
Salários e encargos sociais	18	(21)
Obrigações tributárias	(568)	233
Conta Ressarcimento CCEE	(347)	686
Outras obrigações	(36)	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**11.763**	**(6.361)**
Juros pagos	(11.805)	(1.621)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(956)	(806)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(998)**	**(8.788)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira restrita	(116)	(920)
Aquisições/Baixas de bens do ativo imobilizado		(14.841)
Recursos provenientes de partes relacionadas líquidos	(75)	(84)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(191)**	**(15.845)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	5.500
Captação de empréstimos e financiamentos	–	31.677
Pagamento de fiança	(2.186)	(3.184)
Pagamento de empréstimo e financiamento	(5.585)	–
Pagamento de arrendamento	(242)	(241)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(8.013)**	**33.752**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(9.202)**	**9.119**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.944	2.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.742	11.944
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(9.202)	9.119

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, 23 de maio de 2022.

(a) Capital circulante líquido: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 3.244 (2020 – R$ 792). Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 15). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA 024.501/O-9

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	89	14.712	13.903	23.889
Contas a receber	–	–	15.115	13.343
Impostos a recuperar	569	361	623	371
Partes relacionadas	1.767	938	1.701	832
Despesas antecipadas	846	993	1.736	1.459
Dividendos	365	2.070		
Outros ativos	–	7		6
Total Circulante	**3.636**	**19.696**	**33.078**	**40.526**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	5.155	3.839	27.055	23.268
Adiantamentos a fornecedores	622	615	625	626
Outros ativos	–	–	1.907	1.342
Investimentos	264.213	247.293	–	–
Imobilizado	24	39	499.160	515.817
Intangível	–	–	19.500	20.142
Total Não Circulante	**270.014**	**251.171**	**548.247**	**560.569**
Total do ativo	**273.650**	**270.867**	**581.325**	**601.095**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Debentures	7.334	4.593	7.334	4.593
Empréstimos e financiamentos	–	–	19.047	18.868
Passivos de arrendamento	–	–	219	192
Fornecedores	61	34	1.406	1.217
Salários e encargos sociais	288	177	379	273
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	1.031	988
Obrigações tributárias	2	2	524	475
Dividendos a pagar				
Conta de ressarcimento CCEE	–	–	–	2.546
Partes relacionadas	405	–		
Outras contas a pagar		5		150
Total Circulante	**8.090**	**4.806**	**29.945**	**29.302**
Não circulante				
Debentures	43.747	48.784	43.747	48.784
Empréstimos e financiamentos	–	–	271.681	291.836
Passivos de arrendamento	–	–	14.139	13.896
Total Não Circulante	**43.747**	**48.784**	**329.567**	**354.516**
Total do passivo	**51.837**	**53.590**	**359.512**	**383.908**
Patrimônio líquido				
Capital social	79.426	79.426	79.426	79.426
Reserva de capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Reserva legal	4.732	2.373	4.732	2.373
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Reserva de Lucros	18.094	15.917	18.094	15.917
Total do patrimônio líquido	**221.813**	**217.277**	**221.813**	**217.277**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**273.650**	**270.867**	**581.325**	**601.095**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**1.099**	**6.971**	**–**	**237.057**
Redução de capital social	(30.000)	–	–	–	–	–	(30.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	25.475	25.475
Reserva legal	–	–	–	1.274	–	(1.274)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(6.050)	(6.050)
Dividendos intermediários	–	–	–	–	–	(2.235)	(2.235)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(6.971)	–	(6.971)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	15.917	(15.917)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**2.373**	**15.917**	**–**	**217.277**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	47.187	47.187
Reserva legal	–	–	–	2.359	–	(2.359)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(11.207)	(11.207)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(15.527)	(15.527)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(15.917)	–	(15.917)
Transferência para reservas	–	–	–	–	18.094	(18.094)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**4.732**	**18.094**	**–**	**221.813**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	112.740	97.943
Custos de operação	–	–	(33.042)	(32.150)
Lucro bruto	**–**	**–**	**79.698**	**65.793**
Despesas gerais e administrativas	(1.039)	(1.070)	(8.149)	(8.876)
Outras receitas operacionais, líquida	–	–	5.010	104
Resultado de equivalência patrimonial	52.694	27.823	–	–
Lucro operacional	**51.655**	**26.753**	**76.559**	**57.021**
Receitas financeiras	1.179	2.148	4.952	4.465
Despesas financeiras	(5.647)	(3.426)	(27.818)	(32.164)
Despesas financeiras, líquidas	(4.468)	(1.278)	(22.866)	(27.699)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**47.187**	**25.475**	**53.693**	**29.322**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(6.506)	(3.847)
Lucro líquido do exercício	**47.187**	**25.475**	**47.187**	**25.475**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,5941**	**0,3207**	**0,5985**	**0,3207**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**47.187**	**25.475**	**47.187**	**25.475**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**47.187**	**25.475**	**47.187**	**25.475**

Demonstração dos Fluxos e Caixas *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.187	25.475	53.694	29.322
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	15	68	18.068	17.656
Amortização do direito de uso	636	636	636	642
Juros e variações monetárias	4.354	2.677	20.137	30.834
Juros e variações monetárias sobre fiança	–	–	1.072	–
Juros e variações monetárias sobre arrendamento	–	–	639	–
Resultado de equivalência patrimonial	(52.694)	(27.823)	–	–
Remensuração arrendamento	–	–	299	–
Variações de ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	(1.772)	(325)
Impostos a recuperar	(210)	350	(252)	(350)
Despesas antecipadas	147	(957)	(278)	(1.068)
Adiantamento a fornecedores	(6)	(2)	1	(413)
Outros ativos	7	26	(559)	26
Fornecedores	27	18	189	787
Salários e encargos sociais	111	(132)	105	(122)
Obrigações tributárias	–	(1)	(589)	(264)
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	(2.546)	1.942
Outras contas a pagar	–	–	(145)	165
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(424)	(365)	88.698	79.481
Juros pagos	–	–	–	(31.756)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(5.824)	(3.472)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(424)	(365)	82.873	44.253
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrito	(138)	(3.839)	1.165	(7.289)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	–	(1.405)	120
Dividendos recebidos	36.844	15.802	–	–
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(42.650)	(16.866)	(42.650)	(16.866)
Partes relacionadas, líquido	(424)	(729)	(868)	(679)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(6.370)	(5.632)	(43.760)	(24.715)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de Debentures	–	50.700	–	50.700
Pagamento de debentures	(7.828)	–	(7.829)	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(40.603)	(21.474)
Redução de capital	–	(30.000)	–	(30.000)
Pagamento de arrendamento	–	(53)	(668)	(231)
Contratos de fiança	–	–	–	(3.521)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(7.828)	20.647	(49.100)	(4.526)
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(14.623)	14.650	(9.986)	15.013
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.712	62	23.889	8.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	89	14.712	13.903	23.889
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento – CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)	–	–	–	52

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MW médio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A. Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 28 de março de 2024.

(a) Contrato de Energia de Reserva – CER: As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(c) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **(d) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2024
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patrícia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	339	89	12.886	13.903
Contas a receber	–	–	17.448	15.115
Impostos a recuperar	603	569	664	623
Partes relacionadas	2.842	1.767	2.842	1.701
Despesas antecipadas	692	846	2.663	1.736
Dividendos	–	365	–	–
Outros ativos	–	–	27	–
Total Circulante	**4.476**	**3.636**	**36.530**	**33.078**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	5.212	5.155	24.469	27.055
Adiantamentos a fornecedores	642	622	642	625
Outros ativos	–	–	2.165	1.907
Investimentos	265.023	264.213	–	–
Imobilizado	11	24	483.627	499.160
Intangível	–	–	18.858	19.500
Total Não Circulante	**270.888**	**270.014**	**529.761**	**548.247**
Total do ativo	**275.364**	**273.650**	**566.291**	**581.325**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Debentures	–	–	7.582	6.865
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	20.219
Passivos de arrendamento	–	–	725	668
Fornecedores	15	17	2.479	1.032
Salários e encargos sociais	178	278	1.181	1.227
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	1.419	1.286
Obrigações tributárias	147	145	2.118	2.661
Dividendos	7.994	4.650	7.994	4.650
Partes relacionadas	–	–	62	–
Outras contas a pagar	100	99	873	848
Total Circulante	**8.434**	**5.189**	**24.433**	**39.456**
Não circulante				
Debentures	38.451	46.648	38.451	46.648
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Passivos de arrendamento	–	–	74.826	76.186
Total Não Circulante	**38.451**	**46.648**	**113.277**	**122.834**
Total do passivo	**46.885**	**51.837**	**137.710**	**162.290**
Patrimônio líquido				
Capital social	79.426	79.426	79.426	79.426
Reserva de Capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Reserva legal	7.242	4.732	7.242	4.732
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Reserva de Lucros	22.450	18.094	222.352	215.316
Total do patrimônio líquido	**228.579**	**221.813**	**428.581**	**419.035**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**275.364**	**273.650**	**566.291**	**581.325**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	79.426	114.802	4.759	2.373	15.917	217.277
Lucro do exercício	–	–	–	–	47.187	47.187
Reserva legal	–	–	–	2.359	(2.359)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	–	(24.637)	(24.637)
Dividendos Adicionais	–	–	–	–	(18.014)	(18.014)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(15.917)	(15.917)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	18.094	18.094
Em 31 de dezembro de 2023	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**4.732**	**18.094**	**221.813**
Lucro do exercício	–	–	–	–	50.193	50.193
Reserva legal	–	–	–	2.510	(2.510)	–
Dividendos minimos obrigatórios	–	–	–	–	(32.120)	(32.120)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	–	–	(11.207)	(11.207)
Dividendos Adicionais	–	–	–	–	–	–
Transferência entre reservas	–	–	–	–	15.563	15.563
Em 31 de dezembro de 2024	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**7.242**	**22.450**	**228.679**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida	–	–	119.347	112.740
Custos de operação	–	–	(33.986)	(33.042)
Lucro bruto	**–**	**–**	**85.361**	**79.698**
Despesas gerais e administrativas	(1.189)	(1.039)	(8.330)	(8.149)
Outras receitas	–	–	151	5.010
Resultado de equivalência patrimonial	56.041	52.694	–	–
Lucro operacional	**54.852**	**51.655**	**77.182**	**76.559**
Receitas financeiras	715	1.179	4.070	4.952
Despesas financeiras	(5.374)	(5.647)	(26.155)	(27.818)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(4.659)**	**(4.468)**	**(22.085)**	**(22.866)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**50.193**	**47.187**	**55.097**	**53.693**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(4.904)	(6.506)
Lucro do exercício	**50.193**	**47.187**	**50.193**	**47.187**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0.63**	**0.59**	**0.63**	**0.59**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro (prejuízo) do exercício	50.193	47.187	50.193	47.187
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**50.193**	**47.187**	**50.193**	**47.187**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.193	47.187	55.097	53.694
Ajustes de				
Depreciação e Amortização	9	15	18.074	18.068
Amortização do direito de uso	636	636	642	636
Juros e variações monetárias	5.249	4.354	23.720	20.137
Juros e variações monetárias sobre fiança	–	–	1.656	1.072
Juros e variações monetárias sobre depreciação do direito de uso	–	–	475	639
Resultado de equivalência patrimonial	(56.040)	(52.694)	–	–
Remensuração arrendamento	–	–	(40)	299
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(2.332)	(1.772)
Impostos a recuperar	(33)	(210)	(42)	(252)
Despesas antecipadas	155	147	(927)	(278)
Adiantamento a fornecedores	(20)	(6)	(17)	1
Outros ativos	–	7	(285)	(559)
Fornecedores	(2)	27	1.447	189
Salários e encargos sociais	(100)	111	(46)	105
Obrigações tributárias	2	–	(543)	(589)
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	–	(2.546)
Partes relacionadas, líquido	(846)	(424)	(1.142)	(868)
Outras contas a pagar	1	–	25	(145)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(796)**	**(650)**	**95.763**	**88.698**
Juros pagos	(1.527)	–	(20.442)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(4.152)	(5.824)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(2.323)**	**(650)**	**71.168**	**82.873**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrita	(55)	(138)	2.586	1.165
Aquisições/baixas de bens do ativo imobilizado/ intangível	–	–	(1.494)	(1.405)
Dividendos recebidos	54.960	36.844	–	–
Dividendos pagos	(43.500)	(42.650)	(43.500)	(42.650)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**9.082**	**(6.794)**	**(42.408)**	**(43.760)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de debentures	(8.832)	(7.828)	(8.832)	(7.828)
Pagamento de empréstimo e financiamento	–	–	(20.219)	(40.603)
Pagamento de arrendamento	–	–	(725)	(668)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(8.832)**	**(7.828)**	**(29.776)**	**(49.100)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**250**	**(14.623)**	**(1.016)**	**(9.986)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89	14.712	13.903	23.889
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	339	89	12.886	13.903

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. ("Angico") e da Malta Energias Renováveis S.A. ("Malta"). Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 28 de março de 2025. **(a) Capital circulante líquido:** A Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício de 2024 no montante de R$ 3.958 na controladora (2023 – R$ 4.454) na controladora). A companhia manteve forte geração de caixa além de melhorar substancialmente o controle de Capital de Giro e a preservação da liquidez. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de março de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	14.712	62	23.889	8.876
Contas a receber	–	–	13.343	13.668
Impostos a recuperar	361	10	371	21
Adiantamentos a fornecedores	615	613	626	626
Partes relacionadas	938	209	832	153
Despesas antecipadas	993	36	1.459	391
Dividendos	2.070	1.464		
Outros ativos	7	33	6	33
	19.696	**2.427**	**40.526**	**23.768**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	3.839	–	23.268	15.979
Despesas antecipadas	–	–	–	929
Outros ativos	–	–	1.342	929
Investimentos	247.293	236.515	–	–
Imobilizado	39	107	515.817	532.848
Intangível	–	–	20.142	20.783
	251.171	**236.622**	**560.569**	**570.539**
Total do ativo	**270.867**	**239.049**	**601.095**	**594.307**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Debêntures	4.593	–	4.593	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	18.868	24.873
Passivos de arrendamento	–	53	192	443
Fornecedores	34	16	1.217	430
Salários e encargos sociais	177	310	273	395
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	988	969
Obrigações tributárias	2	3	475	384
Dividendos	–	1.610	–	1.610
Conta de ressarcimento CCEE	–	–	2.546	604
Outras contas a pagar	–	–	150	–
	4.806	**1.992**	**29.302**	**30.046**
Não circulante				
Debêntures	48.784	–	48.784	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	291.836	314.424
Passivos de arrendamento	–	–	13.896	13.118
	48.784	**–**	**354.516**	**357.542**
Total do passivo	**53.590**	**1.992**	**383.908**	**357.588**
Patrimônio líquido				
Capital social	79.426	109.426	79.426	109.426
Reserva de capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Reserva legal	2.373	1.099	2.373	1.099
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Lucros acumulados	15.017	6.971	15.017	6.971
Total do patrimônio líquido	**217.277**	**237.057**	**217.277**	**237.057**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**270.867**	**239.049**	**601.095**	**594.307**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021	109.426	114.802	4.759	760	9.680	–	239.427
Redução de capital social	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.780	6.780
Reserva legal)	–	–	–	339	–	(339)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(1.610)	(1.610)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(7.540)	–	(7.540)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	4.831	(4.831)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**1.099**	**6.971**	**–**	**237.057**
Redução de capital social	(30.000)	–	–	–	–	–	(30.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	25.475	25.475
Reserva legal	–	–	–	1.274	–	(1.274)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(6.050)	(6.050)
Dividendo adicionais	–	–	–	–	–	(2.235)	(2.235)
Dividendos anos anteriores	–	–	–	–	(6.971)	–	(6.971)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	15.917	(15.917)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**79.426**	**114.802**	**4.759**	**2.373**	**15.917**	**–**	**217.277**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	97.943	93.215
Custos de operação	–	–	(32.150)	(29.943)
Lucro bruto	–	–	**65.793**	**63.272**
Despesas gerais e administrativas	(1.070)	(1.875)	(8.876)	(8.907)
Outras receitas	–	–	104	889
Resultado de equivalência patrimonial	27.823	8.656	–	–
Lucro operacional	**26.753**	**6.781**	**57.021**	**55.254**
Receitas financeiras	2.148	6	4.465	864
Despesas financeiras	(3.426)	(8)	(32.164)	(46.108)
Despesas financeiras, líquidas	**(1.246)**	**(2)**	**(27.436)**	**(45.244)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**25.475**	**6.780**	**29.322**	**10.010**
Imposto de renda e contribuição social			(3.847)	(3.230)
Lucro líquido do exercício	**25.475**	**6.780**	**25.475**	**6.780**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,3207**	**0,06196**	**0,3207**	**0,06196**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	25.475	6.780	25.475	6.780
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**25.475**	**6.780**	**25.475**	**6.780**

Demonstração dos Fluxos e Caixas *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.475	6.780	29.322	6.780
Ajustes de				
Depreciação e amortização	68	124	17.656	17.540
Amortização do direito de uso	636	1.423	642	1.423
Juros e variações monetárias	2.677	–	30.834	44.290
Resultado de equivalência patrimonial	(27.823)	(8.656)	–	–
Remensuração arrendamento	–	–	–	(607)
Baixa imobilizado	–	–	–	505
Variações de ativos e passivos	–	–	–	
Contas a receber	–	–	(325)	(1.383)
Impostos a recuperar	350	1	(350)	81
Despesas antecipadas	(957)	(2)	(1.068)	–
Adiantamento a fornecedores	(2)	31	(413)	690
Outros ativos	26	(6)	26	(735)
Fornecedores	18	(9)	787	(5.612)
Salários e encargos sociais	(132)	(35)	(122)	(5)
Obrigações tributárias (Nota 18)	(1)	3	(264)	(1.292)
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	1.942	(342)
Outras contas a pagar	–	–	165	(80)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(365)**	**(346)**	**79.481**	**64.499**
Juros pagos	–	–	(31.756)	(41.948)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(3.472)	(3.246)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(365)**	**(346)**	**44.253**	**19.305**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrito	(3.839)	–	(7.289)	(5.012)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	(17)	120	(24)
Dividendos recebidos	15.802	12.862	–	–
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(16.866)	(11.150)	(16.866)	(11.150)
Partes relacionadas, líquido	(729)	(1.248)	(679)	(137)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(5.632)**	**447**	**(24.715)**	**(16.323)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	411	–
Captação de Debêntures	50.700	–	50.700	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(21.474)	(22.214)
Redução de capital	(30.000)	–	(30.000)	–
Pagamento de arrendamento	(53)	(107)	(231)	(651)
Contratos de fiança	–	–	(3.521)	(7.558)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**20.647**	**(107)**	**(4.526)**	**(30.012)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**14.650**	**(6)**	**15.013**	**(27.030)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62	68	8.876	35.906
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14.712**	**62**	**23.889**	**8.876**
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento – CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)			52	52

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A. Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	1º de novembro de 2018	31 de outubro de 2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de março de 2023. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **1.1 Reapresentação das cifras comparativas: (a) Reclassificação do direito de uso de arrendamento:** Em 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificação do saldo de arrendamentos da subsidiária Esmeralda Energias Renováveis S.A. classificados anteriormente como despesa antecipada no montante de R$1.182. A referida correção afetou o ativo não circulante de 31 de dezembro de 2021 nesse mesmo valor. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

				Consolidado 31 de dezembro de 2021
	Referência	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Balanço Patrimonial				
Ativo				
Circulante	Nota 1.1. (a)	24.950	(1.182)	23.768
Não circulante	Nota 1.1. (a)	569.357	1.182	570.539
Total do ativo		**594.307**	**–**	**594.307**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante		30.046		30.046
Não circulante		357.542		357.542
Patrimônio líquido		237.057		237.057
Total do passivo e patrimônio líquido		**594.307**		**594.307**

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 26. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: (i) **IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos"** – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) **IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"** – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) **IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos"** – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: (a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste. (Nota 12). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento. **(b) Conflito entre Russia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudança climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável).

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Proton Energy Participações S.A. e da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de março de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

Proton Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	68	8.876	35.906
Contas a receber	–	–	13.668	12.285
Impostos a recuperar	10	11	21	99
Adiantamentos a fornecedores	613	644	626	1.316
Partes relacionadas	1.673	425	153	16
Despesas antecipadas	36	34	1.573	1.589
Dividendos	4.221	–	–	–
Outros ativos	–	–	33	33
	2.427	**5.403**	**24.950**	**51.195**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira restrita	–	–	15.979	10.967
Caução	–	–	–	27
Outros ativos	–	–	929	229
Investimentos	236.515	237.923	–	–
Imobilizado	107	210	531.666	549.639
Intangível	–	27	20.783	22.210
	236.622	**238.160**	**569.357**	**583.039**
Total do ativo	**239.049**	**243.563**	**594.307**	**634.234**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Fornecedores	2	11	1.267	6.879
Salários e encargos sociais	16	51	38	43
Obrigações tributárias	5	2	1.383	2.675
Partes relacionadas	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	13.894	36.108
Arrendamento	104	104	639	683
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	324	666
Dividendos a pagar	3.293	3.293	3.293	3.293
Outras contas a pagar	29	29	8.208	8.163
	3.449	**3.490**	**30.046**	**58.510**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	327.378	335.242
Arrendamento	–	–	824	1.371
Provisão para contingências	–	–	83	83
Tributos diferidos	–	–	1.178	2.230
	–	**–**	**329.463**	**338.926**
Patrimônio líquido				
Capital social	109.426	109.426	109.426	109.426
Reserva de capital	114.802	114.802	114.802	114.802
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759
Reservas de lucros	6.613	11.086	5.811	7.811
	235.600	**240.073**	**234.798**	**236.798**
Total do passivo e patrimônio líquido	**239.049**	**243.563**	**594.307**	**634.234**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	116.121	114.802	4.759	–	4.759	–	240.441
Redução de capital social	(6.695)	–	–	–	–	–	(6.695)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	15.564	15.564
Reserva legal	–	–	–	760	–	(760)	–
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(1.150)	(1.150)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(9.327)	(9.327)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	4.327	(4.327)	–
Em 31 de dezembro de 2020	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**760**	**9.086**	**–**	**238.833**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.780	6.780
Reserva legal	–	–	–	339	–	(339)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(3.294)	(3.294)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(7.856)	–	(7.856)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	4.583	(4.583)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**109.426**	**114.802**	**4.759**	**1.099**	**5.813**	**–**	**235.899**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Operações continuadas				
Receita líquida	–	–	93.215	86.254
Custos de operação	–	–	(29.943)	(26.668)
Lucro bruto	**–**	**–**	**63.272**	**59.586**
Despesas gerais e administrativas	(1.875)	(3.728)	(8.907)	(21.247)
Outras receitas	–	–	889	1.710
Resultado de equivalência patrimonial	8.656	19.295	–	–
Lucro operacional	**6.781**	**15.567**	**55.254**	**40.049**
Receitas financeiras	6	5	864	443
Despesas financeiras	(8)	(7)	(46.108)	(21.063)
Despesas financeiras, líquidas	**(2)**	**(2)**	**(45.244)**	**(20.620)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**6.780**	**15.565**	**10.010**	**19.429**
Imposto de renda e contribuição social	(1)	–	(3.230)	(3.865)
Lucro líquido do exercício	**6.780**	**15.564**	**6.780**	**15.564**
Ações no fim do exercício (em milhares)	109.426	109.426	109.426	109.426
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R$	**0,0619**	**0,1422**	**0,0619**	**0,1422**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	6.780	15.564	6.780	15.564
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**6.780**	**15.564**	**6.780**	**15.564**

Demonstração dos Fluxos e Caixas *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.780	15.565	10.026	19.429
Ajustes de				
Depreciação e amortização	124	116	17.540	17.472
Amortização do direito de uso	–	–	1.423	1.423
Juros e variações monetárias	–	–	43.730	19.438
Resultado de equivalência patrimonial	(8.656)	(19.295)	–	–
Despesas financeiras com arrendamentos	7	–	560	578
Remensuração arrendamento	–	–	(607)	–
Baixa imobilizado	–	–	505	–
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(1.383)	1.598
Impostos a recuperar	1	(2)	81	338
Despesas antecipadas	(2)	(20)	–	–
Adiantamento a fornecedores	31	553	690	545
Outros ativos	(6)	(8)	(735)	(162)
Fornecedores	(9)	6	(5.612)	(44.006)
Salários e encargos sociais	(35)	46	(5)	48
Obrigações tributárias	3	(8)	(1.292)	412
Contas de ressarcimento – CCEE	–	–	(342)	(1.982)
Outras contas a pagar	–	2	(80)	45
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(346)**	**(3.038)**	**64.499**	**13.753**
Juros pagos	–	–	(41.948)	(9.127)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	–	(3.246)	(3.865)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(346)**	**(3.039)**	**19.305**	**761**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Caixa restrito	–	–	(5.012)	(1.105)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(17)	(26)	(24)	(19.305)
Dividendos recebidos	12.862	16.182	–	–
Aumento de capital nas investidas	–	(5.600)	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**12.845**	**10.556**	**(5.036)**	**(20.410)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	411	35.588
Devolução de empréstimos	–	–	(1.000)	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(22.214)	–
Redução de capital	–	(6.695)	–	(6.695)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(11.150)	(1.150)	(11.150)	(1.150)
Pagamento de arrendamento	(107)	(108)	(651)	(895)
Partes relacionadas, líquido	(1.248)	227	(137)	(16)
Contratos de fiança	–	–	(7.558)	(11.135)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(12.505)**	**(7.726)**	**(41.299)**	**14.697**
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(6)**	**(209)**	**(27.030)**	**(4.952)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68	277	35.906	40.858
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**62**	**68**	**8.876**	**35.906**
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento – CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)	–	–	52	180

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de março de 2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. A Companhia antes denominada N.G.S.P. Empreendimentos e Participações S.A. alterou em dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, a sua razão social para HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. Em dezembro de 2019 alterou, também através de Assembleia Extraordinária sua razão social para Proton Energy Participações S.A. Em 19 de março de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado pela Esmeralda com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23 de fevereiro de 2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27 de abril de 2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A. Ambas as empresas possuem Contrato de Energia de Reserva – CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As UFVs possuem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. O Grupo possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	7,5	2 de março de 2016	1º de março de 2051
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016	28 de fevereiro de 2051
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053
UFV OH Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. **(a) Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 5.096 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita das investidas. O Grupo faz parte do Grupo Prisma, e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos das investidas em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato as controladas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as controladas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 26. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** O Grupo pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. O Grupo avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. **2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia e suas controladas instituiram um Comitê e definiram plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria – Contadora CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Proton Energy Participações S.A. e da Proton Energy Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2022.
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP 000.160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rego Contador CRC 1BA 024.501/O-9

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.452	4.988
Contas a receber	4.234	3.727
Impostos a Recuperar	3	–
Adiantamentos a fornecedores	8	5
Despesas antecipadas	532	520
Partes relacionadas	132	107
	8.361	**9.347**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	6.078	7.284
Outros créditos	934	934
	7.012	**8.218**
Imobilizado	135.433	139.505
	142.445	**147.723**
Total do ativo	**150.806**	**157.070**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.157	508
Empréstimos e financiamentos	5.999	5.484
Salários e encargos	19	5
IRPJ e CSLL a recolher	382	304
Obrigações tributárias	169	160
Passivos de arrendamento	55	85
Partes relacionadas	11	17
Outras contas a pagar	24	92
Dividendos a pagar	–	300
	7.816	**6.955**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.667	3.753
Empréstimos e financiamentos	71.696	77.829
	75.363	**81.582**
Total do passivo	**83.179**	**88.537**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	1.917	1.094
Reserva de lucros	9.233	10.962
	67.627	**68.533**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**150.806**	**157.070**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuizos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	56.477	191	2.724	–	59.392
Lucro Líquido	–	–	–	18.066	18.066
Reserva legal	–	903	–	(903)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.291)	(4.291)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(2.724)	–	(2.724)
Dividendos adicionais	–	–	–	(1.909)	(1.909)
Transferência entre reservas	–	–	10.963	(10.963)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**56.477**	**1.094**	**10.963**	**–**	**68.534**
Lucro Líquido	–	–	–	16.455	16.456
Reserva legal	–	823	–	(823)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.908)	(3.908)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(10.963)	–	(10.963)
Dividendos adicionais	–	–	–	(2.491)	(2.492)
Transferência entre reservas	–	–	9.233	(9.233)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**56.477**	**1.917**	**9.233**	**–**	**67.627**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita líquida	34.567	32.899
Custos de operação	(9.635)	(9.095)
Lucro bruto	24.932	23.804
Despesas gerais e administrativas	(2.193)	(2.387)
Outras Receitas	127	4.992
Lucro operacional	22.866	26.409
Receitas financeiras	1.010	1.200
Despesas financeiras	(5.953)	(6.411)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.943)	(5.211)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.923	21.198
Imposto de renda e contribuição social	(1.468)	(3.132)
Lucro do exercício	**16.455**	**18.066**
Lucro por ações do capital	0,29	0,32

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.455	18.066
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**16.455**	**18.066**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.923	21.198
Ajustes de		
Juros e variações sobre empréstimos	5.292	4.413
Juros e variações sobre fiança	407	408
Juros e variações sobre arrendamento	195	358
Remensuração arrendamento	–	(195)
Depreciação	5.132	5.047
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(507)	1.385
Impostos a recuperar	(3)	4
Adiantamentos a fornecedores	(12)	(3)
Despesas antecipadas	(3)	(5)
Partes relacionadas	649	(286)
Fornecedores	(156)	231
Salários e encargos	–	13
Obrigações tributárias	(66)	(41)
Outras contas a pagar	(1.242)	(26)
IRPJ e CSLL a recolher	7	(393)
Conta Ressarcimento CCEE	(3)	–
Outras obrigações	(96)	9
	(184)	**(2.545)**
Caixa gerado pelas operações	28.565	26.703
Juros pagos	(5.427)	(1.257)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.257)	(2.427)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.881	23.019
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação Financeira restrita	1.206	(675)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.077)	(439)
Baixa de bens do ativo imobilizado	17	195
Empréstimos com pessoas ligadas	(31)	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**115**	**(908)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.363)	(9.532)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(5.892)	(11.756)
Pagamento de arrendamento	(277)	(273)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(23.532)**	**(21.561)**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(1.536)	1.349
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.988	3.639
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.452	4.988
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(1.536)**	**1.349**

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	308,5	–	08 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15 de abril de 2025. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Oh Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.988	3.639
Contas a receber	3.727	2.486
Impostos a Recuperar	–	1
Adiantamentos a fornecedores	5	10
Despesas antecipadas	520	127
Partes relacionadas	107	–
	9.347	**6.263**
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	7.284	6.609
Outros créditos	934	931
	8.218	**7.540**
Imobilizado	139.505	144.308
	147.723	**151.848**
Total do ativo	**157.070**	**158.111**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	508	604
Empréstimos e financiamentos	5.484	5.600
Salários e encargos	5	13
IRPJ e CSLL a recolher	304	261
Obrigações tributárias	160	142
Passivos de arrendamento	85	78
Conta de ressarcimento – CCEE	–	2.545
Partes relacionadas	17	1.100
Outras contas a pagar	90	151
Dividendos a pagar	300	906
	6.954	**11.400**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.753	3.870
Empréstimos e financiamentos	77.829	83.449
	81.582	**87.319**
Total do passivo	**88.536**	**98.719**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	1.094	191
Lucros acumulados	10.962	2.724
	68.534	**59.392**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**157.070**	**158.111**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2022	**56.477**	–	–	**(349)**	**56.128**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	4.170	4.170
Reserva legal	–	191	–	(191)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(906)	(906)
Transferência entre reservas	–	–	2.724	(2.724)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**56.477**	**191**	**2.724**	**–**	**59.392**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	18.066	18.066
Reserva legal	–	903	–	(903)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.291)	(4.291)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(2.724)	–	(2.724)
Dividendos adicionais	–	–	–	(1.909)	(1.909)
Transferência entre reservas	–	–	10.963	(10.963)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**56.477**	**1.094**	**10.963**	–	**68.534**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2023	2022
Receita líquida	32.899	24.265
Custos de operação	(9.095)	(8.508)
Lucro bruto	**23.804**	**15.757**
Despesas gerais e administrativas	(2.387)	(2.779)
Outras Receitas Operacionais, líquidas	4.992	–
Lucro (prejuízo) operacional	**26.409**	**12.978**
Receitas financeiras	1.200	545
Despesas financeiras	(6.411)	(8.416)
Resultado financeiro, líquido	**(5.211)**	**(7.871)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**21.198**	**5.107**
Imposto de renda e contribuição social	(3.132)	(937)
Lucro líquido do exercício	**18.066**	**4.170**
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – em R$	0,32	0,07

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**18.066**	**4.170**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**18.066**	**4.170**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**21.198**	**5.107**
Ajustes de		
Juros e variações sobre empréstimos	4.413	8.077
Juros e variações sobre fiança	408	
Remensuração arrendamento	358	
Remensuração arrendamento	(195)	
Depreciação e amortização	5.047	4.949
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(1.242)	851
Adiantamento a fornecedores	7	(6)
Despesas antecipadas	(393)	(30)
Outros ativos	(33)	(414)
Fornecedores	(96)	351
Salários e encargos sociais	(9)	(20)
Obrigações tributárias	(184)	(84)
Conta Ressarcimento CCEE	(2.545)	1.946
Outras obrigações	(59)	189
Caixa gerado pelas operações	**26.703**	**20.916**
Juros pagos		(9.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.886)	(840)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**23.019**	**10.960**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação Financeira restrita	(675)	(3.485)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(439)	(31)
Baixa de bens do ativo imobilizado	195	
Recursos provenientes de partes relacionadas	(1.189)	1.072
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(908)**	**(2.444)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(9.532)	
Pagamento de fiança		(1.767)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(11.756)	(5.778)
Pagamento de arrendamento	(273)	(74)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	**(21.561)**	**(7.619)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.349**	**897**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.639**	**2.742**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.988**	**3.639**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**1.349**	**897**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	8,5	09 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 27 de março de 2024.

(a) Capital circulante líquido: Com a usina em operação, as receitas contratuais continuam sendo liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, que fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo um resultado de fluxos de caixa futuros sempre positivos, referentes a operação e manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **(b) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Globe effective tax rate" ou alíquota efetiva Globe. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **(b) Conflito entre Israel e Hammas:** Os conflitos existentes, iniciado em 2023 entre Israel e Hammas, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante para sua operação decorrente do referido conflito. **(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(d) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

NEGÓCIOS

Americanas não deve mais fazer fechamento massivo de lojas; quer usá-las como pontos de entrega

A Americanas não deve mais realizar fechamentos massivos de lojas após o ciclo de reestruturação recente, segundo o presidente da companhia, Fernando Soares. A expectativa é de estabilização da base física, com eventuais ajustes pontuais dentro de um parque de cerca de 1.470 unidades.

A redução do número de lojas ao longo de 2025, que somou cerca de 300 unidades, teve impacto direto sobre a base de clientes da companhia no período. Segundo o executivo, a queda reflete esse movimento de reorganização e não uma deterioração estrutural da demanda. "Não conseguimos segurar esses clientes com a loja fechada", afirmou.

Com o fim desse processo, a tendência é de normalização e posterior retomada da base de consumidores. A companhia já iniciou a abertura pontual de novas unidades e avalia que o número de clientes deve voltar a crescer nos próximos meses. Atualmente, a Americanas opera em mais de 800 cidades e registra aproximadamente 95 milhões de visitas mensais, considerando lojas físicas, site e aplicativo. A base digital também inclui mais de 35 milhões de seguidores nas redes sociais.

Além da expansão física, a Americanas aposta na evolução do canal digital. Hoje, contudo, o digital representa apenas cerca de 4% das vendas totais.

Segundo Soares, o foco é elevar a frequência e o tíquete médio dos consumidores, mais do que a aquisição de novos clientes. Nesse contexto, iniciativas como o programa Cliente A tendem a ampliar o gasto e a recorrência nas lojas.

A Americanas avalia que sua rede de lojas físicas pode ser utilizada como plataforma logística para parceiros, em um movimento que reforça o papel das unidades como hubs de distribuição dentro do novo modelo de negócios da companhia.

Segundo Soares, a capilaridade da empresa abre espaço para parcerias com plataformas digitais interessadas em ampliar sua presença no País. IstoÉDinheiro

Cacau Show esconde bilhetes premiados em chocolates para estreia de montanha-russa

A Cacau Show vai distribuir entradas para a estreia de sua montanha-russa nos chocolates da marca. Serão 100 bilhetes premiados em um total de 1 milhão de unidades distribuídas nos tabletes Dreams vendidos nas lojas da marca a partir de maio.

Os consumidores contemplados com os bilhetes terão direito a uma experiência exclusiva no Cacau Park, empreendimento da companhia em construção em Itu (SP), e serão os primeiros a andar na atração, considerada maior e mais rápida montanha-russa da América Latina, na companhia do CEO da Cacau Show, Alê Costa. O inauguração está prevista para acontecer ainda em 2026.

Vão participar da ação os tabletes Dreams 130g da campanha, incluindo os sabores Mil-folhas, Mil-folhas Avelã, Torta de Morango, Pistache e o lançamento Speculoos.

Além da ação, a campanha também conta com uma ação comercial promocional para os sabores selecionados. De 11 de maio a 14 de junho, na compra de dois tabletes participantes, o consumidor poderá adquiri-los por R$ 39,99.

Para participar do resgate do prêmio, o consumidor que encontrar um bilhete premiado deverá realizar o cadastro na landing page oficial da promoção. Ao efetuar esse cadastro, ele também será incluído na base do programa Lovers.

IstoÉDinheiro

Atlantic Nickel prevê investir R$ 3,3 bi até 2030 em mina de níquel na Bahia

A mineradora Atlantic Nickel, controlada pelo fundo de private equity britânico Appian Capital, iniciou nesta quinta-feira, 26, o desenvolvimento subterrâneo da mina de níquel Santa Rita, em Itagibá, no sul da Bahia, em um projeto que prevê investimentos de R$ 3,3 bilhões até 2030.

Batizado de Projeto Underground, o empreendimento visa explorar o subsolo da mina, que já opera a céu aberto, em um momento de maior interesse global por ativos de minerais críticos, como o níquel, disse à Reuters o presidente da Appian Brazil, Milson Mundim.

O marco inaugural do projeto se deu com a detonação de rochas para a abertura do primeiro portal de acesso Sul, em cerimônia nesta quinta-feira, antes da decisão final de investimento, que deve ocorrer até agosto, afirmou o executivo.

"É uma característica da Appian, iniciar a fase inicial de construção dos projetos, mesmo antes de fechar o pacote total de financiamento, para fazer um "de-risking" do projeto e minimizar os riscos de cronograma à frente", disse Mundim, ao falar com a Reuters por videoconferência.

O subsolo da mina Santa Rita tem um teor mais elevado do que o minério atualmente explorado na superfície, e seu desenvolvimento permitirá estender a vida útil da operação de oito para mais de 30 anos, segundo a empresa.

"Como o minério tem mais teor no 'underground', com o processamento da mesma quantidade de minério, portanto na (mesma) planta (de processamento), a gente vai gastar a mesma quantidade de energia, os mesmos insumos e vai produzir mais, porque vem mais níquel contido no minério", disse Mundim.

Os trabalhos preliminares para a construção da mina também avançam em paralelo à finalização do Estudo Definitivo de Viabilidade, disse ele.

IstoÉDinheiro